

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Gláucia Dyonísio

**Oito rodadas de Pif Paf:
imprensa alternativa e regime militar.**

Hist / Imprensa / ditadura

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDPH

Campus Stª. Inês - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº

Cep: 38400-902 Uberlândia - M.G. Brasil

2506

**Universidade federal de Uberlândia
2008**

Gláucia Dyonísio

**Oito rodadas de Pif Paf:
imprensa alternativa e regime militar**

**Monografia apresentada como requisito
parcial para a conclusão de Curso de Bacharelado
em História da Universidade Federal de
Uberlândia, sob a orientação da
Prof^a. Dr^a. Kátia Rodrigues Paranhos.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CH
Campus São João - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº
Bairro: 38400-002 - Uberlândia - MG - Brasil

**Uberlândia
2008**

Gláucia Dyonísio

**Oito rodadas de Pif Paf:
imprensa alternativa e regime militar.**

Banca examinadora

Profa. Dra. Kátia Rodrigues Paranhos – orientadora

Profa. Dra. Luciene Lehmkuhl

Prof. Ms. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior

Agradecimentos

A conquista que hoje comemoro se deve primeiramente a Deus, minha fortaleza e meu amparo, por mais essa vitória, pelas dificuldades superadas, pelas amizades criadas e pelos conhecimentos adquiridos. À sua bondade infinita no conforto das horas difíceis e na alegria de momentos como este. E também àqueles que estiveram ao meu lado em todos os momentos, que fizeram dos meus sonhos seus próprios objetivos e de meu objetivo sua própria luta:

Meus amados pais, Grace e José e minhas queridas irmãs, Glenda e Gabriela, meu “muito obrigado” pelo amor, pelo apoio, pelas palavras de incentivo, pelos gestos de compreensão e dedicação. O mérito dessa conquista é tão meu quanto de vocês!

Meus mestres de toda a vida, que contribuíram para a minha formação e despertaram meu talento. Suas lições seguirão comigo...

Minha orientadora, profa. Dra. Kátia Rodrigues Paranhos, pelo carinho, pela amizade e pelo aprendizado.

Meus colegas, pela ajuda, pelas experiências e pelos bons anos de convivência.

Meus amigos, pessoas tão especiais, que acreditaram no meu sucesso e caminharam ao meu lado. Em especial à Luciana, Marcos Vinícios e Giordhanne que não pouparam esforços para que o sorriso que trago no rosto hoje fosse possível.

À todos vocês, minha gratidão, meu carinho e meu reconhecimento!

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal abordar, através da revista **Pif Paf**, a experiência da imprensa alternativa disseminada entre 1964 e 1980 no país que teve como traço comum a oposição a arbitrariedade do regime militar, que pôs fim ao governo de João Goulart no dia 1º de abril de 1964 através de um golpe de estado. Os alternativos se inseriram na luta contra a ditadura, reorganizando políticas e idéias das esquerdas e rearticulando militantes políticos, intelectuais e jornalistas que discordavam da atitude conformista da grande imprensa ou daqueles que nela não mais conseguiam trabalho. Por excelência, o discurso alternativo se opunha ao discurso oficial e por isso, fora considerado inimigo pela Doutrina de Segurança Nacional.

O primeiro desses jornais foi lançado em 21 de maio de 1964. O **Pif Paf**, oriundo de uma seção de Millôr Fernandes na revista **O Cruzeiro**, apesar de sua efemeridade, influenciou decisivamente alternativos posteriores. Mas a apreensão do oitavo número foi o pretexto para que Millôr, responsável pela edição da mesma, pressionado e cansado, fechasse a revista em 27 de agosto de 1964.

Sumário

Introdução:

Imprensa alternativa: política e humor como ato coletivo.....	p. 6
---	------

Capítulo 1:

Liderança jornalística e humor protagonista.

1) Pré-1964: Millôr Fernandes: trajetória artística no jornalismo.....	p.12
2) Pós-1964: A prática da resistência: Correio da Manhã e Pif Paf no alvorecer do Golpe.....	p.18

Capítulo 2:

Humor nas páginas: (re)ação satírica e práticas censórias na imprensa brasileira.....

1) Humor, política e censura	p.25
2) “Direto do produtor para o consumidor”	p.31

Capítulo 3:

Pif Paf: a revista em detalhes.....

1) Capas e contracapas.....	p.37
2) Seções.....	p.44
2.1) “Em Resumo”	p.44
2.2) “Mundo Cão”	p.47
2.3) “Pensamento Vivo”	p.49
2.4) “O Pif Paf.”	p.49
2.5) Outras seções.....	p.50
3) As mulheres.....	p.60

Conclusão:

“Quarenta anos depois...”: a imprensa alternativa hoje.....	p.63
---	------

Fontes.....	p.67
-------------	------

Referências bibliográficas.....	p.68
---------------------------------	------

Introdução

Imprensa alternativa: política e humor como ato coletivo.

Passados pouco mais de 44 anos, o golpe de Estado de 1964 continua repercutindo no cenário nacional. Os anos de terror e arbitrariedades se tornaram, nos últimos anos, uma espécie de “espectro hamletiano que constantemente entra em cena, permitindo que o coletivo reflita sobre sua situação histórica.”¹ Daí a provável justificativa não só para o crescente interesse e produção de estudos acerca do período, como também para as reedições de publicações que marcaram a época.

Um exemplo notório foi o lançamento de um livro contendo a coleção fac-similar da revista **Pif Paf**, editada por Millôr Fernandes entre maio e agosto de 1964.² Sob a organização de Eliana Caruso e patrocínio da Petrobras, os números foram reunidos a fim de comemorar os quarenta anos de seu lançamento. E foi por essa iniciativa que este trabalho tornou-se possível.

A revista **Pif Paf**, lançada no dia 21 de maio de 1964, foi a primeira vítima fatal da imprensa alternativa brasileira no pós-golpe militar. Editada por Millôr Fernandes, marcou o início do gênero no período e também a censura a que esses jornais foram submetidos. Sua oitava edição, de advertências ao governo, foi apreendida nas bancas no dia 27 de agosto do mesmo ano. Era o fim da revista, mas o início de uma influência poderosa, que marcaria o jornalismo brasileiro.

Embasada na definição de Aurélio Buarque de Holanda³, entendendo-se a imprensa alternativa como exemplo de algo que se contrapõe a interesses ou tendências dominantes, fica evidente a existência desse gênero na imprensa do país em muitos outros períodos de nossa história. “Também chamada de *independente, do leitor, popular, nanica*, entre outros rótulos, a imprensa alternativa sempre existiu no Brasil, embora somente tenha sido batizada com este nome no início da década de 70.”⁴ (grifo do autor)

1. CHAIA, Miguel. Sombra política e luz cinematográfica. **Revista Cult** – 1964, o golpe da história, ano VI, n. 78, mar., 2004, p.43.

2. Ver CARUSO, Eliana (org.). **Pif Paf – 40 anos depois**. Rio de Janeiro: Editora Argumento, 2005.

3. HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

4. BUENO, Márcio. A imprensa alternativa – ontem e hoje. In: MELLO, Maria Amélia (org.). **20 anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p.47.

Diferenciando-se da grande imprensa pelas linhas editoriais e por sua estruturação interna, na qual a participação de todos os jornalistas excluía qualquer hierarquia, esse tipo de imprensa, produzida majoritariamente com condições materiais mínimas, contestava e conspirava contra o governo e inflamava a opinião pública. De caráter humorístico ou não, “esse conjunto de jornais e revistas constituíam, com as organizações e movimentos a eles ligados, uma esfera pública alternativa à esfera pública burguesa.”⁵

As produções humorísticas, impulsionadas pelos avanços nas técnicas de impressão e reprodução em fins do século XIX, se estabeleceram definitivamente na imprensa brasileira no século XX. A partir do nascimento das revistas ilustradas semanais, como **O Malho** (1902), **Kosmos** (1904) e **Fon-Fon!** (1907), entre tantas outras, a comicidade passou a permear os espaços e debates públicos e privados. Desde então, o humor tem sobrevivido na imprensa brasileira, enriquecendo as publicações e desafiando a censura.⁶

A imprensa militante de esquerda também proliferou no país desequilibrando a ordem pretendida pelos governantes. Os primeiros exemplares que datam da primeira metade do século XX, procuravam organizar, politizar e informar o operariado. Com a crescente adesão de anarquistas e socialistas, cada vez mais comprometidos com essa causa, esses jornais provocaram reações políticas contrárias e muitos foram impedidos de circular ou o fizeram na clandestinidade. Um desses jornais foi **A Plebe** (SP), criado em 1917 e interrompido pela primeira vez em 1924, acusado de atentar contra o regime. Considerado um dos principais jornais libertários, sofreu constantes perseguições e graves crises financeiras durante sua trajetória de 1917 a 1951.⁷

Sob a vigilância do DEOPS, criado em 1924, a ditadura Varguista (1930 – 1945) atingiu o auge do confisco à esse jornais. Mas ainda assim, quando da consolidação do golpe em abril de 1964, alguns ainda circulavam. Entre eles **O Panfleto**, fundado pela Frente de Mobilização Popular Brizolista; **Classe Operária**, órgão do PC do B; **Novos Rumos**, do PCB; **Liga**, do movimento das Ligas Camponesas e **Brasil Urgente**, semanário católico de esquerda. Porém, o golpe militar fez desaparecer quase que de imediato todos esses jornais.

5. KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2003, p. 41.

6. Ver SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 3, 1998, p. 290-365.

7. Ver CARNEIRO, Maria Luiza T. e Kossoy, Boris (orgs.). **A imprensa confiscada pelo Deops: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

Mas a ação militar não se restringiu apenas aos jornais de esquerda. O grande jornal popular **Última Hora** incomodava não apenas o governo, mas também os tradicionais proprietários da imprensa. Fundado em 1951 por Samuel Wainer, de linha nacionalista, o jornal tornou-se durante o governo Goulart, um defensor das reformas de base. Assim, no dia 1º de abril de 1964, a redação do **Última Hora** fora invadida e depredada. Era o fim o jornal.

“Mas não há força que consiga extirpar completamente a imprensa independente”.⁸ Desde os seus momentos iniciais, o regime militar se viu confrontado por novos jornais alternativos, marcados pela influência de seus antecessores humorísticos, políticos e partidários. “Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico.”⁹ O primeiro deles passou a circular já no dia 21 de maio, menos de dois meses após o golpe.

A expressão imprensa alternativa, adotada primeiramente pelo jornalista Alberto Dines¹⁰, é usada para designar os periódicos que circularam durante o regime militar e que se opunham veementemente ao mesmo. Criados a partir da inconformidade, eles procuraram criar novos espaços de denúncias e críticas, já inexistentes na grande imprensa, majoritariamente complacente com o governo. Ou seja, a imprensa alternativa no pós-golpe de 1964 nasceu da coragem e da ousadia daqueles que se sentiram lesados no seu direito de liberdade de expressão, tanto pelo governo quanto pela imprensa que o amparava.

Mas mesmo partilhando de certezas e anseios semelhantes, nem todos esses personagens e veículos se expressavam de modo pré-determinado. As circunstâncias ditavam as regras. Assim, os alternativos foram divididos em duas grandes classes: os predominantemente políticos, em sua maioria de esquerda, baseados nos preceitos do PC do B e os inspirados nos movimentos contraculturais norte-americanos e daí no anarquismo, orientalismo e existencialismo sartreano.¹¹

Dentre as várias experiências alternativas, poucas obtiveram êxito. Alguns chegaram a resistir mais de cinco anos, mas muitos não chegaram ao primeiro ano de existência. E “apesar da grande variedade de propostas editoriais, soluções estéticas e diversidade temática,

8. BUENO, Márcio, *op. cit.*, p. 48.

9. KUCINSKI, Bernardo, *op. cit.*, p. 13.

10. Alberto Dines adotou a expressão em sua coluna “Jornal dos Jornais”, na **Folha de São Paulo**, de abr. de 1976.

11. Cf. Bernardo Kucinski, *op. cit.*, p. 14.

regional e ideológica, nenhum deles sobreviveu com seus traços originais ao regime autoritário que combateram e sob o qual nasceram”¹²

O desaparecimento dos periódicos alternativos quando do fim do regime militar tem levado a outros possíveis motivos, além do fim do próprio regime. De modo geral, nenhum deles possuía organização administrativa, de comercialização ou de distribuição. A atitude antiempresarial¹³, de repúdio ao lucro, levou muitos proprietários à falência, provocando o fechamento de muitos jornais. Mas não de todos. As dissidências internas, por diferentes razões, levaram não só às cisões entre os jornalistas, como também ao desmembramento muitas vezes do próprio alternativo.

As ações repressivas do governo contra jornais e jornalistas e a censura imposta à eles foram, uma ou outra, a realidade vivida pelos alternativos entre 1964 e 1980. Mas também é fato que muitos deles sobreviveram à censura velada do pré-AI-5 e à censura oficial do pós-AI-5. A censura a que foram submetidos variou de acordo com o momento histórico, de maior ou menor repressão, e com o periódico em que a mesma atuava. Tanto que enquanto alguns tinham matérias censuradas por bilhetinhos e/ou telefonemas, outros tiveram suas redações invadidas e/ou bombardeadas e seus jornalistas presos.

Durante todo o regime militar, os embates entre os governos militares e seus adversários, foram assistidos e relatados por toda a imprensa alternativa, que também lutava sua própria batalha. Passados os primeiros tempos do regime militar, de Castelo Branco e **Pif Paf**, a segunda metade dos anos 1960, marcada pelo acirramento das tensões, trouxe ao país novas propostas advindas das experiências internacionais de luta. Dessa forma, as críticas e a resistência democrática, características dos alternativos até então, deram lugar às inspirações guerrilheiras e revolucionárias. Mas com a derrota imposta pela edição do AI-5 e outros mecanismos de repressão, esses ideais foram se esgotando, assim como os que lutavam por eles.

Diante da complacência absoluta da grande imprensa com o governo Médici, devida ao “milagre econômico”, e do silêncio imposto aos movimentos populares, a imprensa alternativa inaugurou sua nova fase, de resistência política e cultural. Os jornais em sua maioria, passaram a contar com o apoio operacional e financeiro de empresários, publicitários e de grupos comerciais e também de distribuidoras de circulação nacional. Tanto que os mais

12. KUCINSKI, Bernardo, *op. cit.*, p. 24.

13. Expressão usada por Bernardo Kucinski, *op. cit.*, p. 25.

duradouros e influentes semanários, como **O Pasquim**, **Opinião** e **Bondinho**, são desse período.

Mas mais uma vez a censura e a repressão fizeram calar esses jornais pela brutalidade. Para além da presença dos censores nas redações, muitos periódicos ficaram obrigados a enviar suas matérias à Central da Censura em Brasília, para que as mesmas fossem avaliadas mais minuciosamente. O que os jornais recebiam de volta era praticamente impossível de ser publicado tamanhas as proibições. Aqueles que se excederam nas “transgressões” sofreram sérios atentados e/ou tiveram seus jornalistas presos. As pressões do governo resultaram também no quase desaparecimento da publicidade nos jornais alternativos nesse período.

No governo Geisel, o conceito de imprensa alternativa se difunde também através de jornais regionais e específicos. Estes ligados a movimentos como o feminista, o negro, o ecológico e o gay. Mas o papel mais importante da imprensa alternativa foi mesmo a divulgação das campanhas políticas contra o regime militar, principalmente a campanha pela anistia.¹⁴ Cedendo às pressões populares, Figueiredo aprovou a Lei da Anistia em agosto de 1979.

As tentativas posteriores da imprensa alternativa fracassaram. Seu padrão e sua temática foram incorporados pela grande imprensa sem que houvesse qualquer resistência, devido à disparidade de recursos e alcance entre ambas. Daí a afirmação corrente que a imprensa alternativa nasceu e morreu com o regime militar a fim de fazer-lhe oposição e crítica, tornando-se desnecessária quando a grande imprensa passou a exercer esse papel.

Com esse trabalho, pretendo chamar a atenção de outros pesquisadores para esse tipo de documento, apresentando um desses jornais em suas temáticas e intenções, torcendo para que através dele, outros se proponham e se sintam instigados a dar continuidade ao debate sobre a imprensa alternativa. Sem adentrar em uma discussão mais densa, faço a análise da revista **Pif Paf** em seus temas mais recorrentes, utilizando texto e imagem, mais especificamente as charges, caricaturas e fotomontagens.

A utilização das imagens não faz desse trabalho um estudo iconográfico. Incorporadas ao texto, acredito que possuem uma possibilidade única de resgate da história devido à força de sua expressão e grande capacidade de penetrar no imaginário social. Pelos desenhos humorísticos, os autores procuraram dar significados às suas mensagens, representando

14. Ver ARAÚJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar, 1974-1985 (estratégias de luta e resistência contra a ditadura). In: FICO, Carlos (org.) **1964-2004: 40 anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 15-25.

simbolicamente situações, personagens e esteriótipos, a fim de criticá-los. O humor e a ironia contidos neles muitas vezes se tornaram mais eficazes que o texto escrito, pois “partilhavam como o jogo, a arte e o inconsciente, o espaço do indizível, do não-dito e até, do impensado. De forma que podemos entendê-los como um esforço de desmascarar o real, captar o indizível”.¹⁵

Com o intuito de facilitar uma melhor compreensão da revista, de suas temáticas e críticas, procurei, no primeiro capítulo, analisar a trajetória de vida e jornalística de seu mentor, Millôr Fernandes. A partir do governo Goulart, tentei ressaltar a atitude e o papel da imprensa, destacando os grandes jornais do país favoráveis à intervenção militar, até a oposição declarada aos mesmos pelo **Correio da Manhã** e logo posteriormente por **Pif Paf**.

No segundo capítulo analisei o estilo humorístico de Millôr Fernandes, na revista **Pif Paf** e fora dela, e secundariamente de seus colaboradores. E antes de adentrar na apresentação e análise dos exemplares da revista, percorri, ainda que superficialmente, os caminhos do humor, assim como das práticas censórias, na imprensa brasileira.

Finalmente, no terceiro capítulo, apresento e analiso a revista **Pif Paf** a partir de quatro grandes temáticas, com as quais pude identificar os principais elementos usados na elaboração do discurso oposicionista da mesma. As imagens contidas foram usadas a fim de possibilitar a visualização daqueles que não conheciam a revista e também na tentativa de que a mensagem atinja o leitor, dessa época tanto quanto daquela em que foi publicada, através de uma linguagem direta e simples, diferente do texto escrito. Para isso, privilegiei as capas, as charges das seções “Em Resumo” e “Os Grandes Temas Bíblicos” e as fotomontagens do “Concurso Miss Alvorada.”

15. SALIBA, Elías T. **Raízes do riso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 22.

Capítulo I

Liderança jornalística e humor protagonista.

1) Pré 1964:

Millôr Fernandes: trajetória artística no jornalismo.

O primeiro exemplar da imprensa alternativa brasileira no pós-Golpe Militar de 1964, a revista **Pif Paf**, fora inteiramente pensada, organizada e editada pelo jornalista Millôr Fernandes. Para a composição dos números ele contava com a irreverência e astúcia dos seus fiéis colaboradores. Mas tomando para si toda a responsabilidade da publicação, estabeleceu-se como o “jornalista-alma” do projeto, que, apesar de efêmero, marcaria a trajetória do jornalismo alternativo do período.

Milton Fernandes nasceu no dia 16 de agosto de 1923, no bairro do Meyer, subúrbio do Rio de Janeiro. Mas a data oficial de seu nascimento é 27 de maio de 1924, quando foi finalmente registrado. Somente aos 17 anos veio a descobrir que na sua certidão de nascimento, grafada a mão, dava-se a entender que seu nome era Millôr e não Milton. A partir daí adotou o novo nome: Millôr Fernandes.¹⁶

A morte prematura do pai Francisco, um engenheiro emigrante da Espanha, já em 1925, provocou uma drástica queda no nível social da família, composta então por Maria Viola Fernandes e seus quatro filhos. Apesar das dificuldades, em 1931, Millôr entrou para a Escola Enes de Sousa, também no bairro do Meyer. A necessidade fez com que o menino trabalhasse desde muito cedo e é desta época o entusiasmo que começa a nutrir pelo jornalismo. Tanto que aos 10 anos publica o seu primeiro desenho em **O Jornal**, pelo qual recebeu dez mil réis.

Em 1934, com a morte da mãe, a família se separa. Millôr vai morar com o tio Antônio, em Terra Nova, bairro próximo ao Meyer. Sentindo-se deslocado e desprezado pela nova família, ele busca refúgio nas histórias em quadrinhos, recém-chegadas no país e logo se torna um leitor assíduo. Em especial de Flash Gordon, de Alex Raymond. O gosto por esse tipo de produção o influenciará fortemente durante toda a sua carreira.

16. A biografia e a certidão de nascimento de Millôr Fernandes estão disponível nos sites http://www.releituras.com/millor_bio.asp e www2.uol.com.br/millor/. Acesso em 28 de nov. de 2006.

O ano de 1938 marca o início da profissão do jovem jornalista Millôr Fernandes, na função de contínuo e repaginador da pequena revista **O Cruzeiro**, que na época contava apenas com mais dois funcionários. Ciente da necessidade de aperfeiçoar-se, Millôr passou a frequentar o Liceu de Artes e Ofícios. Dois anos depois, conquistou sua primeira grande vitória: ganhou em primeiro lugar o concurso de contos da revista **A Cigarra** com o conto *Agonia*, escrito logo após a morte de sua mãe e assinado com o pseudônimo Notlim. Com isso, foi promovido e passou a trabalhar como arquivista no **Cruzeiro**. Mas não ocupou o cargo por muito tempo.

Quando **A Cigarra** teve quatro de suas páginas de publicidade canceladas, ele foi convidado por Frederico Chateaubriand a escrever no espaço deixado em branco. Logo, sua seção “Poste Escrito”, que assinava com o pseudônimo de Vão Gôgo, ganhou popularidade. Então Millôr assumiu a direção da revista, até 1943. Com esse mesmo pseudônimo assinava uma coluna também no **Diário da Noite** (RJ).

Nesse mesmo ano, 1940, mudou-se para o bairro da Lapa, centro da cidade, próximo a Alceu Pena, seu colega no **Cruzeiro**. Tornou-se colaborador da seção “As garotas do Alceu”, como colorista e versejador.

Em 1942, Millôr faz sua primeira tradução literária: **A estirpe do dragão**, do original **Dragon seed**, romance de Pearl S. Buck. Quando retorna a revista **O Cruzeiro**, em 1943, ele se destaca, tomando parte cada vez mais ativa na produção jornalística. A partir daí, ele e seus colegas empreenderam um processo de total renovação da revista, transformando-a em um grande êxito editorial, passando de 12 mil para mais de 700 mil exemplares no prazo de dez anos (1943-1953).

A revista **O Cruzeiro**, carro-chefe do império de Assis Chateaubriand, passou a circular no dia 10 de novembro de 1928.¹⁷ Sua publicação semanal emanava um jornalismo sensacionalista, muitas vezes fantasioso e fútil. Suas páginas eram repletas de anúncios, fotos e imagens. Possuía correspondentes internacionais e os melhores jornalistas do país. Seu papel inovador se deu na introdução do fotojornalismo e dos novos meios gráficos e visuais na imprensa brasileira. O enorme sucesso nas vendas se deu somente em agosto de 1954, com a edição sobre o suicídio de Getúlio Vargas. A impressionante marca de 720 mil exemplares, alcançada com a edição, se manteve por um considerável período de tempo.

17. Ver VERGÍLIO, Vivian. *O Cruzeiro: estilo emergente de entretenimento*. **Canal da Imprensa** (www.canaldaimprensa.com.br/nostalgia/dsextedicao/nostalgia2.htm). Acesso em 07 de maio de 2006.

Em 1945, Millôr iniciou a publicação de seus trabalhos no **Cruzeiro** e aproveitando o destaque dado por ela às produções humorísticas, criou a seção “Pif Paf”. A exemplo do que faria mais tarde na revista **Pif Paf**, nesta, Millôr procurava ser cético e livre, desvinculado de ideologias políticas. Seu humor ia da crítica social ao âmbito da filosofia de vida de inspiração existencialista. Talvez por isso tenha se destacado com um humor considerado por ele mesmo posteriormente como ingênuo. A partir do existencialismo, Millôr concebia sua produção primordialmente como um exercício total da vida física e mental, livre das pressões econômicas e dos conflitos humanos.¹⁸

Na seção “Pif Paf” seus textos eram ilustrados por Péricles Maranhão, que também adquiria prestígio com a charge “Amigo da onça”. Além de suas seções em **O Cruzeiro**, que chegaram a marca de dez por semana em 1947, Millôr colaborava com outras publicações como **A Cigarra**, **O Detetive**, que publicava contos policiais, e **O Guri**. Esta última, produzida por ele, era uma revista em quadrinhos copiados de tiras norte-americanas.

Em 1948 viajou pela primeira vez aos Estados Unidos. Conheceu Walt Disney, por quem nutria grande admiração; o cientista César Lattes e a cantora Carmen Miranda. Neste mesmo ano, casou-se com Wanda Rubino com quem teve dois filhos, Ivan e Paula. Modelo 19, seu primeiro roteiro cinematográfico, é assinado no ano seguinte. O filme, lançado com o nome **O amanhã será melhor**, ganhou cinco prêmios Governador (SP), incluindo o de Melhores diálogos. A estréia no teatro aconteceu quatro anos depois, no Teatro Brasileiro de Comédia em São Paulo, com a peça **Uma mulher em três atos**.

Na companhia de Fernando Sabino, viajou de carro pelo país durante 45 dias, em 1951. Também nesse ano lançou a primeira revista semanal do país, **Voga** (“O melhor é o que está em **Voga**”). Assim como mais tarde no **Pif Paf**, ele assumiu sozinho sua publicação. E mesmo com uma estrutura moderna, a revista não passou de cinco exemplares devido às condições muito adversas da época.¹⁹

Em 1955, dividiu o primeiro lugar da Exposição Internacional do Museu da Caricatura de Buenos Aires, Argentina, com o desenhista norte-americano Saul Steinberg. **Do tamanho de um defunto** estreou no Teatro do Bolso no Rio de Janeiro. Posteriormente, Millôr adaptou o texto para o cinema com o título **Ladrão em noite de chuva**.

18. Ver FERNANDES, Millôr e RANGEL, Flávio. Prefácio. **Liberdade, liberdade**, 1965.

19. Ver: DUFFRAYER, Luciano (coord.). Imprensa alternativa e literatura, os anos de resistência. Seminário de Imprensa alternativa e Cultura de resistência. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1987.

Também nesse ano, Millôr se dedicou à cobertura jornalística da campanha eleitoral pelo **Cruzeiro**, para a eleição presidencial que viria a ser a mais concorrida entre os anos de 1945 e 1960. Nesta se evidenciou mais fortemente as dissidências partidárias. Derrotando Plínio Salgado (PRP), Juarez Távora (UDN) e Ademar de Barros (PSP), Juscelino Kubitschek (PSD-PTB), ex-governador de Minas Gerais, venceu as eleições com 36% dos votos. Para vice-presidente, foi eleito João Goulart.

Nesse mesmo período, Millôr conheceu Jânio Quadros. Nas suas palavras “um jovem e engraçado político”.²⁰ Em 1956, Millôr passou a ilustrar todos os seus textos publicados no **Cruzeiro**. No ano seguinte fez sua primeira exposição de desenhos no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e sua primeira tradução teatral **A fábula do Brooklin - Gente como nós** do original **Good people**. A convite de Frederico Chateaubriand tornou-se apresentador de um programa chamado Universidade do Méier na TV Itacolomi de Belo Horizonte, em 1959. Quando transferido para a TV Tupi, no Rio de Janeiro, o programa passou a se chamar **Treze lições de um ignorante**. Mas após uma crítica à primeira dama do país, Sarah Kubitschek²¹, a série de Millôr foi cancelada pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

Em 1960, estreava, após uma briga de três anos com a censura, a peça **Um elefante no caos**, de Millôr Fernandes. O título original da peça era **Um elefante no caos ou Jornal do Brasil, ou, sobretudo, porque me ufano do meu país**. A história se passa em uma ilha no ano de 1955 e se dá essencialmente entre dois personagens principais: Paulo, um “boa vida” que tem uma forte ligação com o Partido e Glicério, cuja filha Paulo engravida durante um carnaval. Este também é ligado ao Partido e é perseguido pela polícia. Dirigida por João Bethencourt, **Um elefante no caos** rendeu à Millôr não só o prêmio de Melhor Autor da Comissão Municipal de Teatro, mas também muitas críticas, em boa parte vindas da grande imprensa da época.

No dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou a presidência da República, após apenas sete meses de governo. Sem maiores esclarecimentos, alegou que “forças terríveis” o levaram à renúncia. O Congresso Nacional apenas tomou conhecimento de seu

20. À época, Jânio era governador de São Paulo, com uma carreira curta e ascendente: em 1947, fora eleito vereador de Campinas (SP); em 1950, Deputado Estadual (SP) e em 1953 renunciou ao cargo ao ser eleito prefeito de São Paulo. (TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1985.)

21. Disse Millôr: “Dona Sarah Kubitschek chegou ontem ao Brasil depois de 5 meses de viagem à Europa e foi condecorada com a Ordem do Mérito do Trabalho.” (Ver http://www.releituras.com/millor_bio.asp).

gesto e uma nova disputa pelo poder teve início.

A renúncia de Jânio surpreendeu Millôr, que retornou as pressas de uma viagem ao Egito para cobrir o fato pela revista **O Cruzeiro**. Também nesse mesmo ano fora demitido do jornal **Tribuna da Imprensa**, que mais tarde pertenceria ao seu irmão Hélio Fernandes, por ter escrito e publicado no mesmo um artigo sobre a corrupção na imprensa. Isso, apenas sete dias após ter conseguido o emprego. Em solidariedade, os editores Mário Faustino e Paulo Francis também se demitiram do jornal.

Perante a crescente pressão popular, João Goulart finalmente assumiu a presidência em sete de setembro de 1961. Porém, com poderes restringidos pelo Congresso, que adotou o parlamentarismo como sistema de governo, temendo o perigo comunista que Jango representava. Com exceção dos jornais **O Globo**(RJ), **Tribuna da Imprensa** (RJ) e **O Estado de São Paulo** (SP), os jornais de maior circulação, no eixo Rio-São Paulo, apoiaram a posse de Goulart, mesmo não confiando na sua capacidade de governar o país.²² O jornal **Diário de Notícias** (RJ) resumiu em seu editorial do dia 29 de agosto de 1961 a posição da maioria dos jornais frente à situação: “Nossa posição, desde o primeiro instante em que se definiram as correntes de forças, (...) tem sido e será sempre a de preservar a ordem legal, muito embora avisados dos inconvenientes de toda a natureza que cercam a figura do atual vice-presidente da república.” (29/8/1961, p. 4).²³

Na edição do dia 10 de março de 1962, de **O Cruzeiro**, Millôr passou a assinar suas seções, dispensando o pseudônimo Vão Gôgo, que usava até então. Nesse mesmo ano, ele foi destaque no anuário da Amstutz e Herder graphic Press, importante publicação de Zurique.

Em janeiro de 1963 foi realizado um plebiscito para que a população decidisse definitivamente sobre o sistema de governo. Cerca de 9,5 milhões de votantes disseram “não” ao parlamentarismo. Era o fim do impasse político que dominou a discussão nos sindicatos, na imprensa e nos meios intelectuais.

Mas a forte radicalização política e as ambigüidades do governo, principalmente a partir de meados de 1963, minaram, em boa parte, os apoios que o governo detinha na imprensa. Esta que no geral apoiava o seu programa de reformas de base, se tornava agora um dos principais vetores da divulgação do fantasma comunista e da necessidade do restabelecimento da ordem através de uma intervenção militar. Entre outros, **O Jornal do**

22. Ver ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. In: FICO, Carlos (org.), *op. cit.*, p. 15-25.

23. Apud *Ibidem*, p. 17.

Brasil, Diário de Notícias, O Estado de São Paulo e o Correio da Manhã se posicionavam agora claramente contra o governo Goulart. Seus editoriais, de grande repercussão, conclamavam a intervenção do Exército a zelar pela legalidade e pelo estado de direito.²⁴

Intensificando a campanha contra Jango, alguns jornais como o **Correio da Manhã** se mostraram favoráveis ao impeachment do presidente, a fim de preservar a Constituição. Em seus editoriais dos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, intitulados “Basta!” e “Fora!”, o jornal exigia a saída de Jango e reformulações no poder.

Por outro lado, alguns poucos jornais mantiveram o apoio a Goulart. Entre eles, **O Semanário**, porta-voz da frente Parlamentar Nacionalista; **Novos Rumos**, órgão semi-oficial do PCB e **Última Hora**, de grande penetração no meio estudantil e sindical. Porém, estes e tantos outros jornais tiveram suas redações invadidas já no dia 1º de abril.

O ano de 1963 mostrou-se desfavorável para Millôr Fernandes. Ele estava em Portugal quando soube de sua demissão. **O Cruzeiro** trazia na primeira página um editorial da direção com duras críticas e acusações. A revista o acusava de ter publicado, sem autorização, um texto de doze páginas, “A Verdadeira História do Paraíso”, onde tratava irreverentemente a história bíblica, subvertendo um trecho do Gênesis.²⁵ Sob a crescente pressão da Igreja Católica e de grupos mais conservadores, a revista disse ter sido traída por Millôr. Então, ficou a promessa de que o engano não aconteceria novamente. E não aconteceu. Millôr retornou de sua viagem desempregado.

O ambiente jornalístico mostrou-se solidário a ele. Mas sem boas perspectivas na grande imprensa brasileira, passou a escrever para **Diário Popular**, um tablóide português de Lisboa. No dia seguinte à sua demissão, ele enviou sua primeira matéria, de cinco páginas. Por dez anos (1963-1973), Millôr foi também jornalista português. Em 1964 lançou a revista **Pif Paf**, considerada mais tarde o início da imprensa alternativa no pós-golpe.

24. Ver ABREU, Alzira Alves de, *op. cit.*, p. 15-25.

25. FERNANDES, Millôr. **A verdadeira história do paraíso**. Rio de Janeiro: Desiderata, 1963.

2) Pós-1964:

A prática da resistência: Correio da Manhã e Pif Paf no alvorecer do Golpe.

O discurso inflamado e acusador de Goulart no Automóvel Clube, no dia 30 de março de 1964, desencadeou reações precipitadas. Nas primeiras horas do dia 31, o **Jornal do Brasil** trazia um artigo intitulado “Minas desencadeia luta contra Jango”, antecipando os acontecimentos que se dariam no prazo de algumas horas. Na madrugada de 31 de março/1º de abril, o Gen. Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar de Minas Gerais, ordenou precocemente o avanço da tropa rumo ao Rio de Janeiro. Com total apoio e incentivo do governo norte-americano de Lyndon Johnson, através da denominada Operação Brother Sam, as forças militares de oposição se sublevaram.²⁶ Estava consolidado o golpe.

Após ter apoiado a deposição de Goulart e defendido a intervenção militar, **O Correio da Manhã**, já no dia 2 de abril de 1964 tornou-se o único da grande imprensa que se voltou contra os militares, se opondo e denunciando suas arbitrariedades. O jornal, fundado por Edmundo Bittencourt em 15 de julho de 1901, era um dos de maior prestígio do país. Havia apoiado Prestes, desafiado a censura do “Estado Novo” de Getúlio Vargas e feito ferrenha oposição a Juscelino Kubitschek. Defendeu a posse de Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros, mas logo se voltou contra demagogia de suas propostas. Porém, refez sua posição e iniciou uma nova fase em sua trajetória no dia seguinte ao golpe.²⁷

A coluna “Da arte de falar mal”, de Carlos Heitor Cony, publicou a primeira crônica política – “A salvação da pátria” – de crítica ao golpe.²⁸ Nesta, Cony descreve as sensações que percebeu em si e nas outras pessoas que saíram às ruas no dia 1º de abril para saber o que estava acontecendo. Havia os que, eufóricos, cantavam o Hino Nacional e erguiam bandeiras. Para eles, a pátria estava salva. Outros sentiam medo e covardia, sem saber ao certo o que fazer. Apenas, como o autor, com um gosto azedo na boca. Daí em diante, ele se dedica a atacar o governo militar e chamar os “cidadãos envergonhados” a superarem o medo e assumirem uma firme posição de protestos.

26. Ver TOLEDO, Caio Navarro de, *op. cit.*, p.106.

27. Ver CASTRO, Ruy. Para o Correio da Manhã, com uma lágrima. **O Estado de São Paulo**, 09/06/2001.

28. Ver CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato** : o som e a fúria das crônicas contra o Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Narrando os acontecimentos que se sucediam ao golpe, Cony, e o **Correio da Manhã** através de um editorial, publicou no dia 11 de abril, a crônica O Ato e o fat, acerca da imposição do AI-1. Nesta, ele se coloca frontalmente contra a tirania do governo, mas não deixando de lado a esperança de dias melhores e de um futuro diferente:

“O ato não foi um ato, foi um fato, fato lamentável, mas que justamente por ser um fato, já contem em si, os germes do antifato que criará o novo fato. (...) O ato é esse monstrengo moral e jurídico que empulhou o Congresso e manietou a Nação. O fato é a prepotência de hoje, o arbítrio de hoje, a imbecilidade de hoje, estão preparando, desde já, um dia melhor, sem ódio, sem medo. E esse dia ainda que custe a chegar, ainda que chegue para nossos filhos ou netos, terá justificado e sublimado o nosso protesto e a nossa ira.”²⁹

Três dias depois, em 14 de abril, foi publicada a “Revolução dos Caranguejos”, na qual Cony comparava os militares e a Revolução que promoveram, a caranguejos, que andam pra trás, que impõem recuos e retrocessos e vai ainda mais longe, ao dizer que o que lá estava era uma quartelada continuada, era espora, força bruta, era coice.³⁰ Nesse mesmo dia, pressões e ameaças se voltaram contra o autor, através de telefonemas e cercos à sua residência. O edital Ameaças e Opiniões do jornal **Correio da Manhã**, do dia 16 de abril, denunciavam a arbitrariedade.³¹ Nada disso intimidou Cony ou o **Correio da Manhã**. Nessa mesma edição, aquele publicou uma crônica sobre a posse do presidente Castello Branco que, segundo ele, tinha a opção de dar o primeiro passo atrás na direção certa, que o povo completaria a jornada.³² As críticas prosseguiram, tanto da parte de um quanto de outro.

Na crônica Res Sacra Reus, Cony parte para as denúncias de prisões e punições idiotas e violentas que atentam contra a dignidade humana, contrariando as bases do Direito, que garante justiça aos réus. Já no dia 28 de abril, escreve ele: “Respeitem ao menos a dignidade dos acusados. As prisões estão lotadas, sujas de vômito e de sangue. Essa nódoa será lavada, um dia, mas os homens que a toleram, os homens que a aumentam, esses ficarão com o estigma para sempre”.³³

29. CONY, Carlos Heitor, *op. cit.*, p. 26-27.

30. Ver *Ibidem*, p. 28-30.

31. Ver *Ibidem*, p. 31-32.

32. Ver *Ibidem*, p. 33-35.

33. *Ibidem*, p. 53-54.

Então, o jornal passou a denunciar as arbitrariedades cometidas pelos militares já no dia seguinte ao golpe, com destaque para o jornalista Márcio Moreira Alves, liderou uma campanha de investigação e denúncia de maus-tratos e torturas a presos políticos em diferentes Estados. O resultado da investigação foi o livro **Torturas e torturados**, lançado em 1966.³⁴ Com isso, o governo viu-se então obrigado a iniciar investigação própria às acusações. No comando dessas investigações estava Ernesto Geisel. Ironicamente ele “estava no olho do furacão da usina de punições políticas instaladas no amanhecer do regime”.³⁵ A prática da tortura diminuiu, mas por “insuficiência de provas”, a investigação foi arquivada.

Em meio ao cenário de prisões, punições, torturas e censura do regime militar, Millôr Fernandes ousou. Aliando sua experiência ao incentivo de amigos, lançou **Pif Paf**. Fez um empréstimo com o Banco Nacional, pensou e organizou toda a estrutura da revista e seu projeto gráfico. Com ele, nos bastidores, estavam: Eugênio Hirsh, diretor de arte, Yllen Kerr, diretor comercial e Marina Colasanti. Os seus maiores incentivadores tornaram-se colaboradores da revista. **Pif Paf** chegou às bancas no dia 21 de maio de 1964.

A revista trazia gozações violentas sobre as figuras do governo, principalmente o presidente Castelo Branco, ataques à política grotesca do regime e suas instituições e pesadas críticas sociais. Foi recebida como a primeira resposta ao golpe. Assim, logo se criou um ambiente de confronto entre **Pif Paf** e a censura. No oitavo número Millôr decidiu advertir o governo sobre o perigo de certas liberdades. A revista foi apreendida e Millôr decidiu-se por fechá-la, alegando cansaço pelo sacrifício que sua edição exigia.

Lançada sem qualquer campanha publicitária ou organização administrativa apropriada, uma revista independente como **Pif Paf**, só poderia sobreviver se conseguisse vendagem compensatória, o que exigia no mínimo, boa distribuição pelo país. Não aconteceu, já que mesmo no Rio de Janeiro onde era editada, era incerto encontrá-la.

Esses complicadores foram comuns a muitos intelectuais, jornalistas e humoristas das décadas de 1960 e 1970. E como as agências publicitárias jamais programaram um anúncio no **Pif Paf** ou em qualquer outra publicação anti-ditadura, o primeiro anúncio publicado pela revista só apareceu no terceiro exemplar e era do Banco Nacional de Minas Gerais, que aceitara publicá-lo como pagamento parcial de um empréstimo adquirido por Millôr no lançamento da revista.

34. ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Editado pelo autor, s/l, 1966.

35. GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 130.



Os raros anúncios dos números subsequentes vieram do apoio de amigos, como da Mobília Contemporânea, nos números sete e oito e do Bar João Sebastião, também no último exemplar.

Para além da intenção de sufocar economicamente qualquer tentativa de oposição, por parte das agências publicitárias coniventes com a ditadura, o cerco da censura e da violência começou a se fechar. No sétimo exemplar, a nota da redação atenta para a realidade que se apresentava cada vez mais claramente: “Ali à esquerda já tem três. À direita vem mais cinco. Alguns caem de cima. Outros surgem da terra. À frente um pelotão. O negócio é recuar enquanto é tempo e há tantas garantias de liberdade”. (**Pif Paf** nº 7, p. 3).

Contudo, mesmo com tais constatações, o que se percebe é a radicalização da revista, culminando na apreensão do oitavo número e conseqüente fechamento da mesma, após a publicação da “Advertência” de Millôr ao governo militar. Segundo Millôr, **Pif Paf** fora fechada por um conluio entre o governo federal e o governo estadual de Carlos Lacerda juntamente com o coronel Borges, chefe da polícia da Guanabara. Ele, esgotado e endividado, sentira-se aliviado e deu a aventura por encerrada após a edição do oitavo número, no dia 27 de agosto de 1964. E apesar de sua efemeridade, oito exemplares em pouco mais de três meses, **Pif Paf** foi considerado o primeiro tablóide alternativo do pós Golpe de 64, e por isso, inimigo do governo, e influenciando definitivamente os campos da política e do jornalismo.

Com o regime militar e a ascensão de outros “impérios”, com destaque para as organizações Globo, **O Cruzeiro** começou a perder prestígio, assim como todo o império de Assis Chateaubriand. Os prejuízos resultantes de sua circulação eram crescentes. A vendagem da revista declinou até o fim da sua circulação em julho de 1975.

De volta à televisão em 1965, Millôr foi apresentador do **Jornal de Vanguarda**, da TV Record, ao lado de Luís Jatobá e Sérgio Porto. Nesse ano estreou o musical **Liberdade, liberdade**, escrito em parceria com Flávio Rangel, no Teatro Opinião (RJ). Em 1966, sua composição “O Homem” foi apresentada no II Festival de Música Popular Brasileira promovido pela Record, na voz da cantora Nara Leão.

Em 1968 Millôr atuou no musical **Do fundo do azul do mundo**, de sua autoria, no qual contracenou com Elizeth Cardoso e Zimbo Trio. Escreveu o texto do show Momento 68 que contou com participações de Caetano Veloso, Lennie Dale, Walmor Chagas, entre outros. Nesse ano passou a colaborar com a revista **Veja**. Em seu texto de estréia, “Autobiografia de mim mesmo à maneira de mim próprio”, expôs suas opiniões acerca de si mesmo e de seu trabalho de maneira irreverente e autocrítica:

“E lá vou eu de novo, sem freio nem pára-quadras. Saíam da frente, ou debaixo que, se não estou radioativo, muito menos estou radiopassivo. Quando me sentei para escrever vinha tão cheio de idéias que só me saíam gêmeas, as palavras — reco-reco, tatibitate, ronronar, coré-coré, tom-tom, rema-rema, tintim-por-tintim. Fui obrigado a tomar uma pílula anticoncepcional. Agora estou bem, já não dói nada. Quem é que sou eu? Ah, que posso dizer? Como me espanta! Já não fazem Millôres como antigamente! Nasci pequeno e cresci aos poucos. Primeiro me fizeram os meios e, depois, as pontas. Só muito tarde cheguei aos extremos. Cabeça, tronco e membros, eis tudo. E não me revoltou. Fiz três revoluções, todas perdidas. A primeira contra Deus, e ele me venceu com um sórdido milagre. A segunda com o destino, e ele me bateu, deixando-me só com seu pior enredo. A terceira contra mim mesmo, e a mim me consumi, e vim parar aqui.” (...)

“A esta altura da vida, além de descendente e vivo, sou, também, antepassado. É bem verdade que, como Adão e Eva, depois de comerem a maçã, não registraram a idéia, daí em diante qualquer imbecil se achou no direito de fazer o mesmo. Só posso dizer, em abono meu, que ao repetir o Senhor, eu me empreguei a fundo. Em suma: um humorista nato. Muita gente, eu sei, preferiria que eu fosse um humorista morto, mas isso virá a seu tempo. Eles não perdem por esperar.”

A próxima grande empreitada de Millôr como jornalista seria no alternativo **O Pasquim**, lançado no dia 26 de junho de 1969. Pensado primeiramente como uma publicação independente, a exemplo do que fora **Pif Paf**, porta-voz de todos os humoristas brasileiros, o jornal se tornou um dos mais bem sucedidos alternativos que circularam durante o regime militar. Millôr não estava entre os fundadores, mas colaborou com o jornal desde o primeiro número.

Desde o primeiro número, **O Pasquim** revolucionou a linguagem do jornalismo através principalmente das grandes entrevistas, das variações dos termos originais da língua e do uso “inovador” do palavrão. Para além da oposição intransigente ao regime, o jornal propagou uma contracultura, alimentada no existencialismo e nas experiências norte-americanas. Vivendo a liberdade total, comum à maioria dos alternativos, logo alcançou grande vendagem e com isso, publicidade. Quando atingiu a impressionante marca dos duzentos mil exemplares, despertou as primeiras reações da grande imprensa e do aparelho repressivo.³⁶

Em decorrência do decreto-lei 1.077, de fevereiro de 1970, que reintroduzia a censura prévia, “inaugurada” com o AI-5 em 13 de dezembro de 1968, **O Pasquim** passou a sofrer ameaças e pressões. No dia 1º de novembro deste mesmo ano, policiais do DOI CODI invadiram a redação e prenderam todos os jornalistas presentes. **O Pasquim** não deixou de circular durante as oito semanas seguintes às prisões, mas caíram sua vendagem e publicidade. A censura se intensificou e o jornal passou por reformulações e troca de componentes. Em setembro de 1972, Millôr assumiu a direção do alternativo. Perante a brusca queda nas vendas, ele promoveu uma reestruturação financeira e administrativa.

No dia 24 de março de 1975, a censura prévia foi retirada do **Pasquim**. Millôr escreveu o editorial “Sem censura”, visto como uma provocação, à exemplo da “Advertência” do extinto **Pif Paf**. A edição foi apreendida e ele, fichado no DOPS. Abandonou a direção, criticado por toda a redação. Seguiram-se tentativas de reerguer o jornal. Em vão. **O Pasquim** encerrou suas atividades em 11 de novembro de 1991, após mais de uma década de crise. Na sua época áurea, **O Pasquim** chegou a vender perto de 200 mil exemplares, graças ao importante distribuidor que possuía.

Na madrugada do dia 7 de dezembro de 1968, a explosão de uma bomba destruiu o prédio da agência de classificados do jornal **Correio da Manhã**. Assim como em muitos jornais oposicionistas, o cerco da censura se fechou também contra este. No mesmo dia em que o AI-5 fora promulgado, agentes do DOPS invadiram e ocuparam a sede do jornal. O redator-chefe Osvaldo Peralva foi preso. A censura se estendeu até o dia 6 de janeiro de 1969.

A edição do dia 7 de janeiro, de denúncias às prisões e torturas fora apreendida. A editora do jornal, Niomar Moniz Sodré Bittencourt fora presa. Em março, o jornal pediu concordata. Em setembro, fora arrendado por um grupo de empreiteiros. Nesse período,

36. Ver KUCINSKI, Bernardo, *op. cit.*, ps 205-230.

Correio da Manhã foi reduzido a oito páginas. Um leilão, de máquinas, móveis e arquivos do jornal, no dia 16 de junho de 1974 consolidou o fim definitivo do jornal.

Nos anos seguintes, vários trabalhos e exposições renderam a Millôr, inúmeras homenagens. A sua produção teatral e literária nos anos 1970 é intensa. Em 1976, escreveu para Fernanda Montenegro a peça **É...**, que se tornou um grande sucesso ao ser encenada no Teatro Maison de France (RJ). Ao ser homenageado pelo 5º salão de humor de Piracicaba (SP), em 1978, exigiu que a honraria fosse para todos os humoristas na pessoa de Millôr Fernandes. Publicou **Desenhos**, uma compilação de seus trabalhos, em 1981.

Em 1982 deixou a revista **Veja**, na qual colaborava desde 1968 e passou a escrever para a revista **Istoé** em 1983 e para o **Jornal do Brasil**, em 1985. Também em 1983 foi homenageado pela Escola de Samba Acadêmicos do Sossego de Niterói (RJ). Seus trabalhos viraram temática de estudos, no Brasil e no exterior.³⁷

Em 1992, Millôr deixou a **Istoé** e o **Jornal do Brasil**. Dois anos depois lançou **Millôr definitivo – a Bíblia do caos**. Só voltaria a ser colaborador dos jornais **O Dia** (RJ), **O Estado de São Paulo** (SP) e **Correio Brasiliense** (DF), em 1996. Neste último trabalharia somente até o fim do ano. Em 2000, deixou de colaborar com **O Estado de São Paulo** e **O Dia** e passou a colaborar com uma coluna semanal na **Folha de São Paulo** e inaugurou o site “Millôr Online” (<http://www.millor.com.br>). Em 2001 deixou a **Folha de São Paulo** e retornou para o **Jornal do Brasil**, até fins de 2002. Em setembro de 2004, voltou a colaborar com a revista **Veja**, onde ainda mantém uma coluna semanal.

37. DUPRAT, Françoise. **L, anne 82 au Brésil: le regard critique de Millôr Fernandes** (O ano de 82 no Brasil: o olhar crítico de Millôr Fernandes), Tese de Doutorado. Universidade de Toulouse – Iê Mirail II, na França, 1987.

GRANATIC, Branca. **Os recursos humorísticos de Millôr Fernandes**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1988.

Capítulo II:

Humor nas páginas: (re)ação satírica e práticas censórias na imprensa brasileira.

1) Humor, política e censura:

Suzana Camargo³⁸ constata que desde o século XIX, o humor cutuca os poderosos e contribui para tornar mais críticas e engraçadas as publicações do país. A partir de então, as sátiras, paródias, charges e caricaturas passaram a ilustrar o “outro lado da moeda” em todos os períodos da nossa história e também retratar os grandes acontecimentos por um outro ângulo. A tradição da representação humorística vinha do jornalismo satírico da Regência e dos folhetins cômicos do Segundo Reinado. Contudo, as políticas censórias acompanharam atentamente o desenvolvimento da mesma.

A prática da censura no país assume sua especificidade de acordo com cada momento histórico e também com o receio de cada governo e/ou governante acerca dos possíveis perigos iminentes. Quando da implementação da censura brasileira em 1808 por D. João VI, a maior preocupação era a fiscalização das diversões públicas, que ficava sob a responsabilidade da polícia, a fim de assegurar a preservação da “moral e dos bons costumes”. Alguns anos mais tarde além desta, o objetivo se estendeu também ao combate a possíveis conspirações contra o governo.

As caricaturas aparecem pela primeira vez na revista **A Lanterna Mágica**, de Manoel de Araújo Porto Alegre e Rafael Mendes de Carvalho, já em 1844. Mas só a partir de 1860, com a revista **Semana Ilustrada** se tornam regulares na imprensa. A crítica aos costumes permaneceu no centro da temática dos caricaturistas até o lançamento de **O Mequetrefe**, com a qual a sátira política ganhou força. No final do século XIX, com o surgimento da **Revista Ilustrada** (1876) e de **O Mercurio** (1898), entravam em cena os maiores caricaturistas do período, que marcariam o gênero do humor até a metade do século XX: Ângelo Agostini, Raul Pederneiras, K. Lixto e José Carlos de Brito e Cunha, o J. Carlos.³⁹

A Constituição Republicana de 1891, a exemplo da Constituição Imperial de 1824, continuava assegurando a isenção da censura na imprensa e na tribuna. Mas a nova ação policial dada à prática da censura estendeu a fiscalização também para a relação profissional

38. Ver CAMARGO, Suzana (coord). **A Revista no Brasil**. São Paulo: Abril, 2000.

39. Cf. *Ibidem*, p. 213-220.

entre artistas e empresários. “A noção de vigilância do conteúdo dos espetáculos, pensada anteriormente no Conservatório Dramático Brasileiro, por exemplo, foi uma demanda notória nas três primeiras décadas do século XX, como também a percepção de que era de competência policial conduzir e zelar pelas relações de trabalho no interior dessas casas”.⁴⁰

O termo “censura prévia” apareceu pela primeira vez na legislação brasileira no ano de 1920, com o decreto nº 14.529. Quatro anos depois, o cargo de censor, quando tal atividade foi fixada no orçamento e estes passaram a ser pagos pelo Estado. Em 1928, o decreto nº 18.527 regulamentava alvarás, condições de contrato e de atuação dos artistas. Assim, a década de 1920 estruturou a rígida normatização dos espaços de divertimento público. “Censurar, como uma política de Estado, tornou-se, portanto, a ação individual ou em grupo realizada por um censor – alguém designado pelo governo a pôr em prática o artifício censório – que, ao analisar obras de cunho artístico e/ou jornalístico, permite ou não a sua difusão.”⁴¹

Na República, a comicidade adquiriu novas dimensões.⁴² O desejo de modernização e o anseio por cosmopolitismo fizeram muitos jornalistas e intelectuais forjarem um conhecimento sobre o país em todas as suas peculiaridades. Vivia-se o dilema de como representar o país, o povo brasileiro. Com o avanço e aperfeiçoamento das técnicas das artes gráficas, a expansão da grande imprensa resultou também no incremento das páginas humorísticas, que começaram a se separar dos jornais com o advento das revistas semanais. A fotografia ganhou destaque com a ascensão das grandes revistas ilustradas. As principais delas, como **O Malho** (1902), **Kosmos** (1904), **Fon – Fon!** (1907) e **Careta** (1908), surgiram no Rio de Janeiro, apontando já para o pioneirismo da irreverência e do humor carioca, que nos anos 1960 se espalharia pelo país.

Um dos gêneros mais utilizados por essas revistas foi a paródia, tanto dos espaços públicos quanto privados. Nesse sentido, surgiram as representações caricaturais-síntese do povo brasileiro. Através do personagem Zé Povo, a revista **Fon Fon!** denunciava as mazelas populares e questionava as personalidades do mundo político. Assim também, Mané Xiquexique, de Ildefonso Albano e Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, que confrontava com a

40. KUSHINIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 21-22.

41. *Ibidem*, p. 35.

42. Ver SALIBA, Elias T. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) *op. cit.*, p. 290-365.

visão romântica do homem do campo. Este era um caipira ignorante, pobre, com aversão aos hábitos de limpeza urbanos.

De outro lado, proliferavam também os periódicos de cunho literário e as revistas culturais, com ensaios e discussões sobre ficção, poesia, crítica e estética. “Além de cumprir a função de combater o passado e dar publicidade aos novos ideais, essas revistas (...) colaboravam para difundir procedimentos típicos de correntes literárias e para habituar os leitores aos mesmos.”⁴³ Dentre as publicações de maior destaque estavam: **Klaxon** (SP), **Estética** (RJ), **A Revista** (BH) e **Revista Nova** (SP).

Ao mesmo tempo, a imprensa liberal, tomando para si a função de fiscalizar, denunciar e formar consciências, e em acelerada e ininterrupta expansão, se estabelecia como um quarto poder no cenário político brasileiro, com participação extremamente significativa em fatos políticos decisivos. “A imprensa tinha, no que dizia respeito a opinião pública, dupla tarefa: controlar os abusos do governo e impedir a rebelião dos ignorantes.”⁴⁴

Por isso, a década seguinte procurou ampliar o campo de ação da polícia censória e inaugurar novas formas de censura. Com a “Revolução de 1930” e a ascensão de Vargas, iniciou-se um longo período de arbitrariedades e suspensão das garantias. Em 1932, fora regulamentada a censura cinematográfica, com o decreto nº 21.240, de 4 de abril de 1932. A Constituição de 1934 manteve isenta a manifestação de pensamento, mas a censura foi amplamente permitida a espetáculos e diversões públicas. Nesse mesmo ano surgiu o Departamento de Produção e Difusão Cultural (DPDC), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI).

A Lei de Segurança Nacional, assinada por Vargas em 1935, passou a enquadrar também os meios de comunicação como possíveis áreas de atuação da censura. De acordo com o artigo 25 da mesma: “Quando os crimes definidos nesta lei forem praticados por meio de imprensa, proceder-se-à, sem prejuízo de ação penal competente, a apreensão das respectivas edições(...)”.⁴⁵ Mas o cerceamento da liberdade de pensamento e expressão na imprensa se daria ainda mais limitador na Constituição de 1937, artigo 122, item 15:

43. LUCA, Tânia Regina de. Um repertório do Brasil: tradição e inovação na Revista Nova. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 13, jul.-dez. 2006, p. 97-107.

44. CAPELATO, Maria Helena. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945) **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 12, set. 91/ ago. 92, p. 65.

45. FÉRES, Sheila Maria. **A censura, o censurável, o censurado**. Tese de Doutorado. Escola de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1980, p. 63.

“Todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos por lei.

A lei pode prescrever:

a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação;

A imprensa reger-se-à por lei especial, de acordo com os seguintes princípios:

b) nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do Governo, nas dimensões taxadas em lei.”⁴⁶

A partir daí a imprensa brasileira perdeu sua força e seu espaço. Acusados de promover a desordem social, os jornais foram atrelados ao Estado. Sua “função pública” baseava-se na produção de informações e veiculação de propaganda concernente as ações governamentais. “A imprensa cumprindo, portanto, o papel que a ela fora destinado no Estado Novo, propagou os atos do governante. Reforçando a imagem do chefe do governo, ajudou a manter a unidade, impedindo por um certo tempo, que vozes dissonantes pudessem ameaçar o regime.”⁴⁷

O fim da liberdade de imprensa e a clara admissão da censura se estabeleceram definitivamente em 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão vinculado ao Ministério da Justiça. A este foram transferidas as atribuições censórias antes a cargo da Polícia Civil. O DIP coordenava e supervisionava a propaganda nacional e fiscalizava a circulação de informações interna e externamente, através do **Anuário da Imprensa Brasileira**. Muitos jornais e revistas foram fechados e jornalistas presos por não se enquadrarem nas novas normas e exigências.

Com esse órgão, o “Estado Novo” de Vargas (1934-1945), inaugurou a censura política e conseqüentemente, por razões políticas e ideológicas, a violência política. O processo de produção cultural no país foi brutalmente interrompido. Cerca de 60% das matérias que circulavam nos jornais eram fornecidas pela Agência Nacional. As publicações jornalísticas e/ou literárias consideradas impróprias foram proibidas no país, assim como a entrada de escritos estrangeiros.

Com o fim do “Estado Novo” o DIP foi extinto. A edição do decreto no 20.493, em 1946, no Governo Dutra, criou o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP).

46. Apud KUSHINIR, Beatriz, *op. cit.* p. 95.

47. CAPELATO, Maria Helena, *op. cit.*, p. 72.

Novamente à atividade censória caberia evitar os atentados a moral e aos bons costumes, vinculada a questões policiais. Perdendo a conotação política, a censura foi retirada da imprensa, com o restabelecimento da liberdade de manifestação do pensamento. Esse decreto foi a base da prática da censura no país até o fim do regime militar. Abarcava todas as áreas culturais e de veiculação de informações em todo território nacional, sem abandonar as questões políticas. Mas a sensação do advento de novos tempos para a imprensa ficara abalada com a possibilidade do ressurgimento da censura prévia. “Direito” reservado e disponível ao Estado por uma vasta legislação, apenas momentaneamente engavetado.

A Constituição de 1946 manteve, no que diz respeito ao exercício da censura, os fundamentos da Constituição de 1934: esta exercida somente sob os espetáculos de diversões públicas, isenta da imprensa. O desejo era que se espalhassem pelo país as idéias de liberdade e de um retorno a legalidade pós-ditadura Vargas. Tanto que a Nova Constituição foi promulgada para restabelecer o espírito democrático no país e acabar com a prática da censura política.

Apesar da estruturação e funcionamento de todos esses mecanismos, a representação paródica foi incorporada ao rádio, com a implantação do sistema radiofônico, nos anos 1940 e também ao cinema. Aí, destacam-se as figuras de Adoniran Barbosa e Mazzaropi (o novo Jeca Tatu). O gênero humorístico da chanchada, que surgira para designar os filmes brasileiros já nos anos 1930, ganhou força nos anos 1950, quando deixou de ser exclusivamente carnavalesca e passou a ter um tom debochado, parodiando a política nacional. Os filmes do diretor Carlos Manga e os comediantes Oscarito e Grande Otelo obtiveram enorme sucesso no período.⁴⁸

Nesse contexto surgiu **O Binômio**, jornal cujo modelo influenciaria a imprensa alternativa dos anos 1960 e 1970. Fundado por José Maria Rabelo e Euro Arantes, em 1952, em Belo Horizonte (MG), **O Binômio** era um tablóide de sátira, contestação e crítica política, cujo lema era “99% de independência e 1% de ligações suspeitas”. O nome do jornal era uma gozação à administração do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek.

O deboche e os ataques à ele e a outros políticos era uma constante, através não só das charges e das manchetes de duplo sentido, mas também de reportagens investigativas sérias. E mesmo fora do eixo Rio/São Paulo, centro das maiores publicações, **Binômio** alcançou grande popularidade apesar da série de medidas arbitrárias impostas à ele. Atingiu a

48. Ver SALIBA, Elias T. *op. cit.*, p. 290-365.

vendagem de 25 mil exemplares, mas vendia apenas seis mil quando do seu fechamento por oficiais do Exército no dia 29 de março de 1964.⁴⁹

Mas o humor não servia somente à esse tipo de publicação. Ele também era um recurso usado por veículos da grande imprensa, como a revista **O Cruzeiro e Senhor** (1959). Naquela, com a geração de Millôr Fernandes, a caricatura ganhou força redobrada. A seção “Pif Paf”, que Millôr assinava com o pseudônimo de Emmanuel Vão Gôgo e o personagem humorístico “O Amigo da onça”, de Péricles Maranhão deram a ambos prestígio nacional e alavancou as vendas da revista, que chegou a 700 mil exemplares.

A revista **Senhor**, pensada como “obra de arte”, de alto nível, voltada para o universo masculino de alto poder aquisitivo, procurou divulgar a cultura brasileira dos anos 1950 e 1960, correspondendo tanto a cultura erudita quanto popular. Suas análises passavam pela política, economia, cultura e entretenimento, apresentando grande diversidade temática, compatível com a sua preocupação de ser formadora de opinião. Foi naquele último campo que a revista mais utilizou da ironia, da sátira e do humor picante, ao falar da moderna sociedade dos homens, relacionamentos, sexo e moda.

O tom irreverente pretendia divertir o leitor e dar leveza ao conteúdo, além de um caráter sedutor ao texto. Também as mulheres passaram a ser mostradas de outra maneira. Os ensaios fotográficos faziam-nas sensuais sem serem pornográficas, dando-lhes um outro valor e, pela primeira vez, ousadia. Durante o seu apogeu, **Senhor** reuniu alguns futuros protagonistas do **Pif Paf** e do **Pasquim**, como Millôr Fernandes e Jaguar. Devido ao seu alto e crescente custo, a revista parou de circular no início de 1964.⁵⁰

49. Ver WERNECK, Humberto. **O desatino da rapaziada**: jornalistas e escritores em Minas Gerais. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 148-157.

50. Ver BASSO, Eliane Fátima Corti. Revista **Senhor**: jornalismo cultural na imprensa brasileira. **Unirevista**, vol. 1, 2006, p. 1-13.

2) “Direto do produtor para o consumidor”

O surgimento da revista **Pif Paf** se deu após o conflito entre Millôr Fernandes e a revista **O Cruzeiro**, carro-chefe do império de Assis Chateaubriand, na qual o mesmo trabalhara por 25 anos. O episódio, ocorrido em 1963, propiciou o lançamento da revista no ano seguinte, independente do **Cruzeiro**, onde por dezoito anos, a seção assim denominada alcançou grande popularidade tanto quanto Emmanuel Vão Gôgo, pseudônimo de Millôr.

Pensada para sair nos dias do golpe, chegou às bancas com quase dois meses de atraso, pois Millôr decidiu esperar por esse tempo devido às incertezas e instabilidade do momento. Mas mesmo assim, a publicação foi recebida como o primeiro sinal de reação editorial e da sociedade civil ao golpe e ao crescente arbítrio do regime militar, que já nos primeiros meses empreendera uma vasta campanha de busca e detenção por todo o país e em todos os setores da sociedade.⁵¹ Assim, **Pif Paf** fora percebida de imediato como uma resposta ao golpe. Por isso, desde o seu surgimento, estava dada a situação de conflito entre a mesma e os militares.

O contexto do seu lançamento fazia quase que necessariamente de **Pif Paf**, uma revista política, de contestação. Mas, apesar disso, Millôr recusou qualquer intenção de fazer militância política e/ou partidária e nem pensou o projeto da revista como ideológico. Segundo o mesmo, em entrevistas e escritos posteriores, **Pif Paf** só nasceu graças ao empurrão e pressão dos “amigos-colaboradores”, pois como estava envolvido em outros projetos, não precisava da revista. Ziraldo discorda de Millôr, dizendo ser essa uma velha desculpa do mesmo, de só fazer as coisas pressionado. “Mentira! Ele adora fazer coisas. (...) e pressionado ou não por nós, o **Pif Paf** saiu”.⁵²

Mas tanto é que o clima de repressão e ameaça à publicação contribuiu para a radicalização das críticas e ataques à indefinição e ambigüidade dos primeiros tempos do governo militar. Prova disso foi não só a prisão de Claudius logo após o lançamento do primeiro exemplar da revista e do fechamento da mesma, decorrente da apreensão do oitavo número, mas também a designação oficial do Centro de informações do Exército (CIEEX), que

51. As medidas arbitrárias e repressivas advinham principalmente da promulgação do Ato Institucional 1 (AI-1), assinado no dia 9 de abril de 1964.

52. Ziraldo apud CARUSO, Eliana (org.). *op. cit.*, p. 15.

posteriormente considerou **Pif Paf** o início da imprensa alternativa no Brasil.⁵³

Por excelência, o discurso alternativo se opunha ao discurso oficial e por isso, fora considerado inimigo pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Assim, a liberdade de expressão esteve cerceada desde o momento em que se consolidou o golpe, no dia 1º de abril de 1964, e não posteriormente, com a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968 e a institucionalização da censura prévia.

Como já referido anteriormente, Millôr Fernandes foi o idealizador do projeto da revista. Para a sua realização, ele fez um empréstimo com o Banco Nacional e pensou, sozinho, toda a estrutura da publicação. A redação funcionava precariamente em um estúdio seu. Mas contou, desde o primeiro exemplar, com uma equipe de peso de colaboradores. Entre eles estavam, os cartunistas Ziraldo, Jaguar, Fortuna e Claudius e os cronistas Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto), Don RossiCavaca, Rubem Braga, João Bethencourt, Marcos de Vasconcelos e Leon Eliachar. O projeto gráfico foi recomendado a Eugênio Hirsh e o comercial e as finanças a Yellen Kerr. Nos bastidores, Millôr contava ainda com a ajuda de Marina Colasanti.

Mas Millôr considerava a insustentabilidade de amparar a publicação da revista apenas nas colaborações que recebia. Segundo ele, as colaborações estavam no geral muito acima da qualidade dos leitores a que se destinavam, mas seus colaboradores não percebiam o esforço físico e emocional, que a edição propriamente dita, exigia.⁵⁴ Assim, quando da apreensão do oitavo exemplar, no dia 27 de agosto de 1964, Millôr decidiu, também sozinho, fechar a revista. Parte da sua equipe só se reuniria novamente cinco anos depois, no **Pasquim**.

Com uma atitude que caracterizaria toda a imprensa alternativa a partir daí, **Pif Paf** fora lançada sem nenhum esquema profissional de produção e organização, de modo voluntarista e amadorístico. Millôr produzia tudo precariamente. Não contava com funcionários de apoio, apenas com colaboradores. A revista também não possuía organização administrativa e comercial apropriada ou qualquer campanha publicitária. Tanto que nos seus oito exemplares, os poucos anúncios que a revista recebeu foram do Banco Nacional, comopagamento parcial de dívidas e de amigos. Com isso, além dos graves problemas de distribuição a que estavam sujeitos, os alternativos sobreviviam apenas da vendagem em bancas e de algumas poucas assinaturas.

53. Cf. Millôr Fernandes. CARUSO, Eliana (org.). *op. cit.*, p. 11

54. *Ibidem*, p. 11.

O esquema de produção da maioria dos jornais e jornalistas da imprensa alternativa baseava-se no repúdio ao lucro e à estrutura empresarial capitalista a que muitos estiveram submetidos na imprensa convencional. Entretanto, é aí que reside em grande parte a sua fragilidade. Além da pressão econômica, já que os grandes anunciantes não investiam em publicações que criticassem o governo, suas contradições geravam sérias divergências internas que levaram tanto a cisões entre os jornalistas quanto ao fechamento de muitos periódicos. Assim, se deu por exemplo, no semanário **Opinião**, um dos mais importantes e influentes dos anos 1970. De cunho político-partidário, ligado a AP (Ação Popular), o jornal surgiu em 1972, sob a supervisão do dono, Fernando Gasparian e de Raimundo Pereira, agregando jornalistas e intelectuais perseguidos pelo regime.⁵⁵

Os problemas no alternativo começaram já no nono exemplar, com a imposição da censura prévia e à medida que o mesmo ganhava prestígio, cresciam as pressões. A edição 24 chegou a ser apreendida e os dois maiores nomes do jornal, detidos. A vendagem caiu pela metade. O planejamento comercial do projeto, os baixos salários, a precariedade das condições de trabalho e as queixas dos próprios colaboradores contra a censura interna, foram motivos de rompimentos e discussões. As tentativas de reerguer **Opinião**, com novas contratações e reformulações internas, só prolongaram sua agonia. Os conflitos continuaram, assim como a implacável censura ao jornal, que chegou ao fim em abril de 1977.

Outro alternativo vítima de “rachas” internas foi **Versus**, lançado em 1975 pelo jornalista Marcos Faerman. Considerado uma síntese do jornalismo de resistência, diferia de tudo o que havia sido feito até então na imprensa alternativa. Sua principal temática era a América Latina e suas ditaduras militares. Porém, disputas políticas internas levaram ao fim do jornal em outubro de 1979, quando findava também sua utilidade como instrumento de organização partidária. Por esses mesmo motivos, vários outros alternativos, como **Movimento**, que surgiu de uma cisão do **Opinião**; **De Fato** e **Em Tempo**, que também nasceu de uma cisão no jornal **Movimento**, desapareceram. Nesse sentido **Pif Paf** foi uma exceção. A revista fechou antes de qualquer crise interna, mas Millôr demorou dois anos para saldar a dívida que adquiriu com o Banco Nacional.

À frente da seção “Pif Paf”, na revista **O Cruzeiro**, Millôr já se apresentava como um escritor da antimoral e da irreverência. Na sua geração, ao lado de Péricles Maranhão, criador do “Amigo da onça” iniciada nos anos 1940, a “elaborada combinação de grafismos mal

55. Ver KUCINSKI, Bernardo. *op. cit.*

comportados e tiradas demolidoras, caracterizavam um humor reflexivo e refinado.”⁵⁶ O humor de Millôr se diferenciava e se destacava pelo seu engajamento ao existencialismo que abarcava também toda uma filosofia de vida.

Com a máxima “Livre-pensar é só pensar”, ele resumia sua crença maior na total liberdade humana. “Seu humor ia além dos marcos da crítica social da maioria dos humoristas da época, atingindo o âmbito da filosofia de vida. Mas depois do golpe militar, (...) tornou-se engajado. Não à moda das esquerdas, a partir de uma ideologia, e sim do estilo sartreano, cuja pedra angular, (...) era a liberdade total da existência humana.”⁵⁷

Em todos os seus trabalhos, Millôr tem realizado a estreita elaboração entre o efeito humorístico e a formalidade da sua criação. Ironiza a linguagem-padrão de certos jornais e jornalistas, transformando-a em um discurso cômico e igualmente crítico. Utiliza alguns recursos estilísticos para provocar no leitor, além do riso, o pensar e o pensar-se. Por explorar outros caminhos jornalísticos e humorísticos, a obra de Millôr se apresenta experimental e inovadora, principalmente no uso de linguagens e símbolos. E é importante salientar que isso se torna perceptível, além do trabalho humorístico e de desenhista, também nos seus poemas e peças teatrais.⁵⁸

Somando suas contribuições, pode-se resumir que a maior delas foi a de que Millôr conseguiu derrubar o rótulo de arte menor da criação humorística e fazer seu caráter descontraído, mas não desprezioso, ter grande alcance crítico e contestador.⁵⁹ Ao elaborar **Pif Paf**, ele usou seu humor para fazer críticas sociais, satirizar a condição humana, as filosofias de vida e para reivindicar a liberdade total do ser humano. A partir disso, tentarei analisar a revista de modo a identificar os temas que em apenas oito edições, os autores privilegiaram para elaborar seus discursos oposicionistas.

Com um borrão de tinta na capa, o primeiro exemplar da revista **Pif Paf** chegou às bancas no dia 21 de maio. Vinte e três páginas de um ponto de vista carioca, tanto que da imprensa desse estado, **Pif Paf** fora considerado o primeiro tablóide alternativo. “(...) **Pif Paf** vendeu cerca de 40 mil exemplares, com enorme impacto nos meios estudantis, jornalísticos,

56. CAMARGO, Suzana (coord.), *op. cit.*, p. 184.

57. KUCINSKI, Bernardo. *op. cit.*, p. 47.

58. Ver PAULILLO, Maria Célia Rua de Almeida. **Millôr Fernandes**: seleção de textos, notas, estudos biográficos, histórico e crítico e exercícios. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

59. Ver *Ibidem*.

políticos e intelectuais.”⁶⁰

Quando do seu relançamento em 2005, Jânio de Freitas diz ter sido o seu surgimento naqueles tempos, um gesto de pessimismo caridoso ou otimismo desesperado.⁶¹ A isso, acrescentaria uma dose de ingenuidade, já que Millôr disse desconhecer a repressão que já vigorava naquele momento. A verdade é que a repressão sofrida posteriormente pela revista realmente não havia sido necessária até ali. **Pif Paf** inaugurou também a censura de que seria a primeira vítima fatal, em agosto de 1964, apenas três meses depois de surgir. Assim, a ousadia da empreitada está baseada no Pensamentão de George Bernard Shaw, na primeira página do primeiro número: “Todo homem de bom senso aceita o mundo como ele é. Só os loucos tentam reformar o mundo. Portanto, todo progresso depende dos loucos”.

E os “loucos” responsáveis pela revista (o diretor Millôr Fernandes, o diretor comercial Yellen Kerr e Eugênio Hirsch, diretor de artes) se apresentavam, nessa mesma página, como criminosos fichados pela polícia. Logo abaixo, como que prevendo o crime, já assumem previamente a autoria do mesmo: “os pontos de vista expressos nesta revista, por mais disparatados, paradoxais, conflitivos ou estúpidos, são de absoluta responsabilidade da direção”. (**Pif Paf**, nº 1, p. 3)

Os “Dez Princípios Humorísticos”, que definiram a estrutura de todas as publicações seguintes, apontavam principalmente para a afirmação da liberdade dos homens, que têm o “sagrado direito de torcer pelo vasco na arquibancada do flamengo”, e da revista, que pretendia “meter o nariz exatamente onde não fora chamada”. Apesar de ser uma revista essencialmente humorística, sem outras e maiores pretensões, o terceiro princípio atentava para o tipo de humor que a mesma pretendia: “Humorismo não tem nada a ver e não deve absolutamente ser confundido com a sórdida campanha do ‘Sorria Sempre’. Essa campanha é anti-humorística por natureza, revela um conformismo primário, incompatível com a alta dignidade do humorista. Quem sorri sempre ou é um idiota total ou tem a dentadura mal ajustada”. (**Pif Paf**, nº 1, p. 1).

O oitavo princípio chama a atenção pela objetiva definição de suas páginas: “Esta revista será de esquerda nos números pares e de direita nos números ímpares. As páginas em cor serão naturalmente reacionárias, e as em preto e branco, populistas e nacionalistas”. (**Pif Paf**, nº 1, p. 1) Com algumas exceções, somente a seção “O Pif Paf- agora diretamente do

60. KUCINSKI, Bernardo, *op. cit.*, p. 48.

61. Cf. Jânio de Freitas. In: CARUSO, Eliana (org.), *op. cit.*, p. 6.

produtor para o consumidor”, vinha em cores.

As charges, as crônicas e as fotomontagens foram os gêneros e recursos mais explorados pela revista para ridicularizar as ações e personagens do governo. “Com a arma poderosa da ironia, o humorista penetrava nas contradições entre palavra e ato enfatizando o grotesco das situações”.⁶²

62. KUCINSKI, Bernardo, *op. cit.*, p. 45.

CAPÍTULO III:

Pif Paf: a revista em detalhes:

1) Capas e contracapas:

O humor praticado durante o regime militar, pela imprensa alternativa, para além da resistência ao mesmo, buscava também, pelo riso, dissipar e/ou aliviar tensões, medos e resgatar a esperança, ainda que por um breve período de tempo. Assim eram constituídos os exemplares da revista **Pif Paf**: os textos, as frases isoladas, as sentenças fulminantes, as interações palavra/desenho e os desenhos por si só... “Se apenas os desenhos do **Pif Paf** fossem reproduzidos, sem considerar a sua natureza humorística, os desenhos pelos desenhos, já se teria um legado incomparável na imprensa brasileira.”⁶³

Dentre os vários tipos de desenhos humorísticos, **Pif Paf** usou principalmente as charges como alternativa às fontes convencionais de representação política e social. Por elas, tal representação era ao mesmo tempo satírica e crítica acerca de uma dada situação ou personagem. A sua utilização por si só, já identificava a intenção e firmava a posição de oposicionista assumida pela revista.

A charge é um tipo de ilustração que se caracteriza pela crítica político-social de determinadas situações e/ou personagens através do humor e da sátira. O termo vem do francês *charger*, que significa carga, exagero, ataque e desde sua criação no século XIX, tem sido usada como manifestação de oposição a governos e governantes.⁶⁴

As charges de **Pif Paf**, em especial as da seção “Em Resumo”, debochavam e ridicularizavam as ações dos militares, mostrando a política dos mesmos no que mais tinha de patético e cômico. As capas e contracapas, para além disso, ironizavam também a hipocrisia do conservadorismo, em particular em relação à figura feminina.

A capacidade de brincar com as peculiaridades dos militares fez com que a revista provocasse e abrisse espaço para a disseminação de vozes dissonantes. Baseadas na dualidade realidade/representação, as charges não só induziam à crítica ao governo como também cobravam dos seus leitores uma mudança de postura perante as suas denúncias. Como uma expressão gráfica, a charge se constituiu como uma poderosa arma da imprensa devido a sua

63. FREITAS, Jânio de., *op. cit.*, p. 7.

64. Disponível em www.wikipedia.com.br. Acesso em 10 de jun. de 2008.

universalidade e alcance. Por ser de fácil compreensão e não exigir leituras ou análises por parte dos leitores, se estabeleceu como uma das formas visuais de comunicação mais utilizadas pela mesma. Tanto que se perpetua até hoje nos jornais de todo o país.⁶⁵

Desses desenhos destacam-se principalmente, as capas e contracapas dos oito números da revista, que ainda hoje impressionam pela qualidade e modernidade.

Na primeira delas, um borrão de tinta preta e o anúncio: “Eu sou o número um do **Pif Paf**”. O nome da revista trazia o A (do **Paf**) de modo desalinhado, em outras cores e formatos, dando um tom de descontração, como se a intenção fosse brincar com o próprio nome. Sendo esta ou não a intenção, os oito números trazem essas mesmas características.



No segundo número, Ziraldo apresenta aos leitores O jogo da democracia, que compõe a capa e a contracapa do mesmo. Para jogá-lo, recortava-se o dado de dentro da revista. As 65 casas que devem ser percorridas pelo vencedor, trazem personalidades e situações que, sendo contrárias ou a favor dos militares, mantêm o jogador ou não no jogo. Por exemplo: se encontrar o Brizola e não avisar o DOPS, sai do jogo; se avisar, continua. Quando marcha com a família, avança oito casas e assim por diante. As seis regras fundamentais para jogá-lo são explícitos ataques ao governo. Três delas são emblemáticas: “Regra III: Se algum dos jogadores desobedecer as regras, vencendo o outro ilicitamente, o Jogo passa a ser chamado Jogo da Ditadura. Regra IV: O jogador que jogar deslealmente terá seu dado cassado. Regra V: Os jogadores podem jogar em times chamados Time da Direita e Time da Esquerda. Mais de dois times é o caos.” (**Pif Paf** nº 2, p. 2). Ao lado do desenho um alerta para que os leitores

65. Ver UEÓCKA, Lorayne Garcia. A força das imagens na campanha civilista: representações em fotografias e caricaturas. *Colloquium humanarum*, Presidente Prudente, v.1, n.1, p.63-71, jul./dez., 2003.

não deixem para jogar depois, pois este pode ser proibido a qualquer momento devido ao seu caráter “pernicioso e violento”.



O exemplar três tem a capa em formato de uma carta de baralho, a dama de copas , que na verdade foi substituída por um general, verde, de grandes bigodes brancos e com várias condecorações e sua espada. “Capa e espada” nos dizeres mesmo de Ziraldo, responsável pela ilustração.



Os números quatro, cinco, seis e oito trazem na capa, mulheres, muito presentes na revista, como eram valorizadas: de biquínis ou sem eles e quão imorais também poderiam se tornar. A nudez ou seminudez feminina era condenável, mas desejável. Respectivamente, as capas mostram a obsessão por mulheres nuas, manifesta somente em segredo, no divã (ilustração de Jaguar);



a parte de cima do biquíni que desnuda os seios mas cobre os olhos do marido, cego que deve ser para a revolução do monoquini ou mesmo do pifini, dos quais trata o número cinco (ilustração de Fortuna);



os olhos de repúdio e admiração pelo corpo nu e o flagra do filho enquanto o pai espia mulheres seminuas na praia (ilustração de Ziraldo).



Já o sétimo exemplar traz um dos possíveis motivos pelos quais os norte-americanos vão à Lua: apagar o “Yankees go home”, que o Tio Sam observa pelo telescópio, que alguém escreveu por lá.



Os desenhos das contracapas revelam a exagerada e desnecessária truculência do regime, que, nas suas ações repressivas, manifestavam-se muitas vezes, pelo ridículo e pelo grotesco, como o oficial que empunha sua espada com opulência para apontar um lápis (número quatro – ilustração de Fortuna)



ou o general que usa o seu cavalo de cadeira para se sentar a mesa (número sete – ilustração de Fortuna).



Os exemplares um, três cinco, trazem as “chamadas” para as matérias de destaque nos próprios números: o concurso 500 contos, o semi-especial do monoquíni e a Estátua da Liberdade, respectivamente.

No sexto, Claudius faz uma pequena demonstração da arte do adestramento. O leão deve atravessar o círculo que o adestrador segura, mas, sob a pena do chicote, acaba por engolir o homem.



A contracapa do oitavo número trazia o texto que ficou famoso pela provocação explícita e audaciosa de Millôr ao regime:

“Advertência: Quem avisa, amigo é: se o governo continuar deixando que certos jornalistas falem em eleições; se o governo continuar deixando que determinados jornais façam restrições à sua política financeira; se o governo continuar deixando que alguns políticos teimem em manter suas candidaturas; se o governo continuar deixando que algumas pessoas

pensem por sua própria cabeça; e, sobretudo, se o governo continuar deixando que circule esta revista, com toda sua irreverência e crítica, dentro em breve estaremos caindo numa democracia.”(**Pif Paf** nº 8, p. 24).

Por esse texto, a revista foi apreendida nas bancas e fechada por Millôr com o pretexto do cansaço e da exaustão que a empreitada exigia.

Em todas as edições a palavra liberdade era enfatizada de alguma maneira. Como dizia a própria revista: “Em todos os números do **Pif Paf** falaremos de liberdade. É um assunto que nos têm presos.” E presos desde o primeiro número, quando este traz os dez princípios humorísticos que podem ser lidos como defesa e reivindicação da liberdade humana, uma das maiores, se não a maior e mais séria preocupação de Millôr e do **Pif Paf**. O desenho da Estátua da Liberdade as avessas é explicado em seus pormenores no terceiro exemplar, onde Millôr conclui que a liberdade existe, é feita de aço e concreto e tem cem metros de altura, e o que ela é afinal, em resposta às indagações feitas no segundo exemplar. (“Mas, afinal, o que é a liberdade? – **Pif Paf** nº 2, p. 15).



Ele a define com um rosto meio caricatural, com um enorme vazio no lugar do cérebro por onde sobe uma escada que não dará em lugar nenhum. A coroa pontiaguda supõe ser uma proteção antiaérea, já que o louro com que antigamente se coroavam os heróis, é usado hoje para temperar feijão. Na mão esquerda traz o **Mein Kampf** (O Código Mosaico) com os Dez Mandamentos e a prova de que a lei não serve para nada, já que nunca fora respeitada. Na direita, em vez de tocha, uma lâmpada, mais moderna e potente, para luminar melhor os caminhos, embora esteja sempre apagada. Está sustentada por um pedestal onde urina um cachorro e perto de onde um policial tenta agredir um negro. Para o leitor insatisfeito, **Pif Paf** oferece outros objetos para serem recortados e colados em cada uma das mãos da Estátua,

como: na mão direita, um copo de uísque, um Ato Institucional desdobrado ou uma pasta de dente e na mão esquerda, um revólver, um punhal ou um cassete. “Em suma, amigos, esta é a Nossa Liberdade, melhor do que todas as outras, porque é alada e eletrificada. Só tem um defeito: detesta Brasília”. (**Pif Paf** nº 3, p. 9).

Já no número dois, **Pif Paf** a fim de “agradar” os brasileiros eleitores e poupar os homens que estão no poder do desgaste e dos atritos, apresenta após nove meses de estudos, o modelo do “robô do presidente perfeito”, uma vez que nunca houve nem poderá haver um presidente perfeito. Para isso, dentre todas as qualidades necessárias, ele possui um distinguidor de cor política, uma mão de ferro, muito topete e um departamento de crença cega.

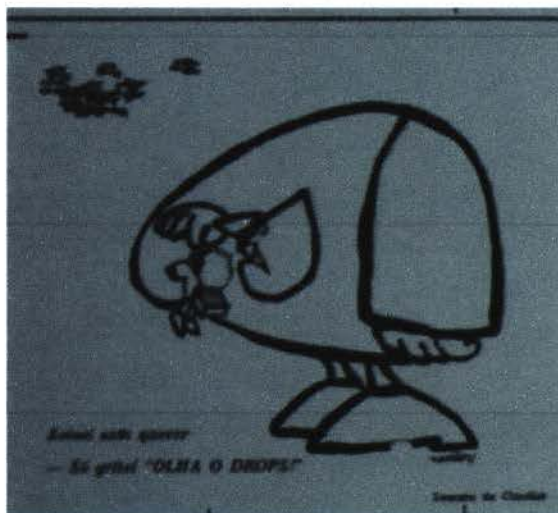


2) Seções:

2.1) “Em Resumo”:

Na seção “Em Resumo”, que ocupa a terceira página de todos os exemplares, sempre com um texto de Millôr e uma ilustração de Fortuna (a exceção do primeiro número), observa-se tanto na escrita quanto na mesma, a análise do momento político, dos seus protagonistas e antagonistas, suas ações e reações ou não, como, ainda no primeiro número, Millôr se mostra confuso e indignado em relação à não-reação de muitos jornais e jornalistas perante algumas resoluções estatais relacionados à sua condição e, também, frente às ações do governo no geral. A charge que ilustra esse número é de Claudius. Nela um oficial

brutamontes surpreende um vendedor que se defende: “Avisei sem querer – só gritei ‘ Olha o drops!’”, enquanto as pessoas correm.

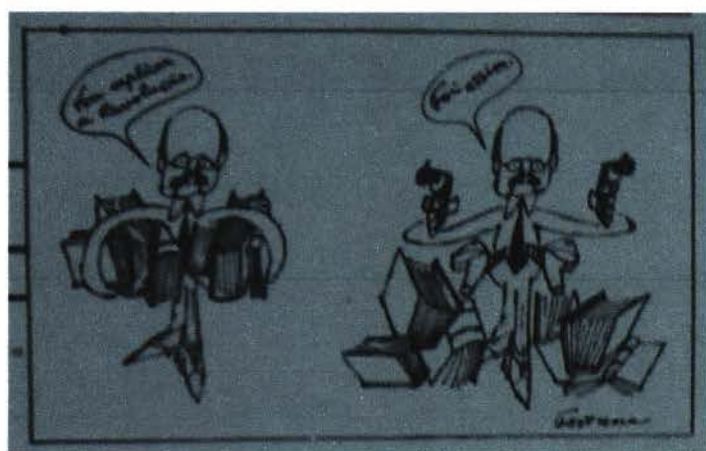
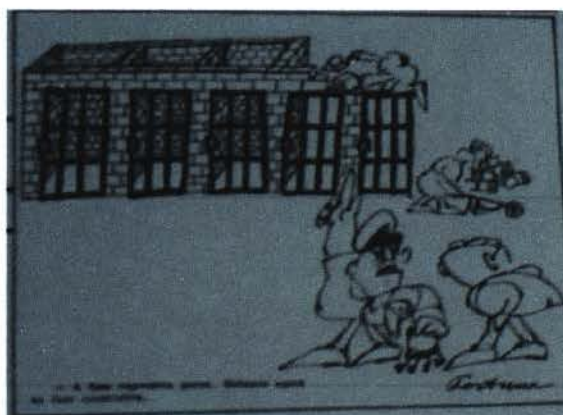


Em decorrência disso, Claudius foi preso durante a produção do segundo número, após cair em uma armadilha preparada pelo DOPS. No segundo exemplar a redação agradeceu ao órgão por ter enfim se lembrado da classe dos humoristas, dando-lhes seu primeiro mártir. Também por isso, para eles, as regras do jogo da democracia se tornavam cada vez mais inúteis. “Esperamos que a família de Claudius – mulher, filho, pais, irmãos – possa ver com a mesma sadia compreensão e mesmo sorriso de satisfação nos lábios o seu jovem chefe ser levado de casa numa emboscada para uma breve temporada de incomunicabilidade e terror”.(Pif Paf nº 2, p. 2).

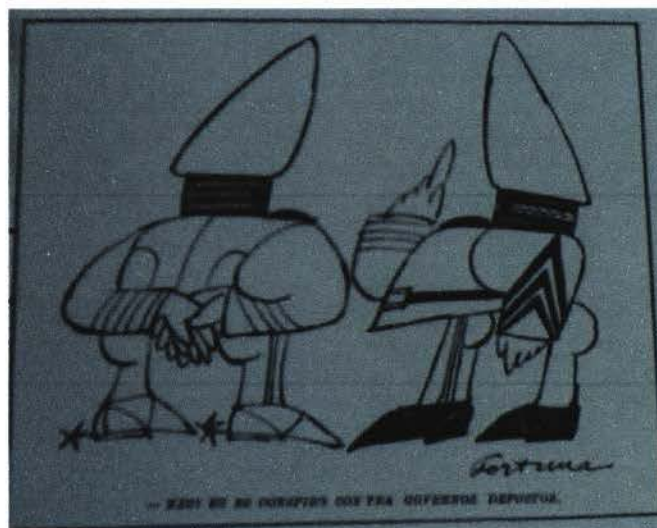
A sua soltura é anunciada no número quatro e na página oito do exemplar seguinte descreve sua experiência em “Rigorosamente incomunicável”. Aí, ele narra suas angústias e sensações experimentadas dentro e fora da prisão. Primeiro, as sensações de vulnerabilidade e impotência, já que as autoridades, que ele bem define no final do texto como “quem não está algemado”, podem dispor a qualquer momento da sua vida, da sua liberdade, mesmo sem motivo aparente algum; e frente à isso, nada poder fazer. Depois de total confusão, quando nos interrogatórios, não se sabe exatamente do que é acusado ou quem te compromete ou comprometeu ou ainda do que possa ter feito em algum momento da vida que o tornou um subversivo. Aí, relata Claudius, quando se tem a certeza, a única, de que nunca mais sairá dali, eles o soltam. Então, o sentimento de confusão se intensifica, pois continua sem saber o porquê ou como aconteceu o que aconteceu. E ainda sem saber, recebe desconfiança por parte de uns e elogios por parte de outros.

Nos exemplares seguintes, “Em Resumo”, Millôr dá continuidade a seus sentimentos de indignação, ao constatar que no momento vive-se a apatia, a futilidade de ações indiferentes ao que se passa no país: “a revolução prossegue, o país espera (...)” (**Pif Paf** nº 2, p.3), “Em Niterói, o deputado Lucas de Andrade agride a socos e pontapés parte da comissão que não elegeu sua filha miss, a família – carregando sempre aquelas utopias que lhe são, ai! Familiares – continua marchando Brasil afora (...)” (**Pif Paf** nº 3, p.3), “e nada mais tendo a tratar eu me retiro, desejando apenas ao leitor, mais uma vez, que tudo vá de vento em popa, sobretudo a popa”. (**Pif Paf** nº 4, p.3).

As charges de Fortuna, em especial nos exemplares três e quatro, são mais implacáveis, assim como o “Pensamentão” de João Guimarães Rosa que constata que “viver é muito perigoso”: um homem que carrega seus livros decide explicar como se deu a “Revolução”: imediatamente, ele saca duas armas e diz: “foi assim” e o oficial demonstrando a um sujeito a fase construtiva do regime, apontando para a construção de uma prisão, passada a fase repressiva do mesmo.



Em suas charges posteriores, Fortuna continua seus ataques aos militares. No oitavo número, tanto ele quanto Millôr decidem provocá-los uma última vez. Na charge, dois militares conversam e um deles se defende: “Não! Eu só conspiro contra governos depostos”.



No seu texto, fazendo um balanço do momento e uma previsão do que se tem pela frente, Millôr também se mostrar indiferente, ou assim quer parecer:

Fala-se em fome, fala-se em preços, fala-se em emprego e desemprego, pune-se muito, prende-se mais e o país caminha, com seu passo trôpego, em direção ao abismo. Desta vez vai, dizem uns mais otimistas. Mas eu não creio. E tranqüilo como sempre, aqui eu paro, pois tenho um encontro urgente com alguns elementos da Juventude Transviada Carioca. Gente da melhor qualidade. (**Pif Paf** n° 8, p. 3).

Fortuna também discutia, em um texto único, no primeiro número – No meu tempo – como se deu ao longo do tempo, o aprisionamento das crianças por grades que supostamente serviriam à sua segurança. Fazendo um paralelo com o seu tempo, o autor constata que isso se deu em grande parte devido a redução dos espaços. E as grades seriam questão de sobrevivência. “Nessas cidades-abrigos-anti-rádio-ativo de hoje, a garotada faz fila para a matine infantil de solarização artificial”. (**Pif Paf** n° 1, p. 10).

2.2) “Mundo Cão”:

Seguindo no viés de satirizar os acontecimentos e condutas humanas, a seção “Mundo Cão”, presente em todos os exemplares, enfatiza as críticas às situações políticas não só no país, mas também a nível internacional. A maioria das seções vem divididas em pequenas manchetes, com notícias que vão desde o bizarro, o fútil e o absurdo até estatísticas sociais, criminalidade e relatos de invenções e descobertas. Assim, a definição de “relatório periódico das loucuras, terrores, agressões e perplexidades no meio das quais vive o homem, lobo do homem” é bastante pertinente.

No primeiro número, “Mundo Cão” apresenta entre outras notícias, como a promessa do fim da violência na Colômbia e o resumo das idéias radicais de Goldwater, candidato derrotado para a Presidência dos Estados Unidos, a pesquisa realizada pela revista “Monocle” acerca da fortuna, em milhões de dólares, dos donos do mundo, mostrando a relação indissociável entre poder e fortuna. Nelson Rockefeller encabeçava a lista dos poderosos afortunados. Também aí, um aviso ao leitor: “Se você é um verdadeiro masoquista, se você realmente adorou esta seção, não perca o próximo. Vai ser muito pior!”. (**Pif Paf**, nº 1, p.)

No segundo exemplar, a publicidade “Mundo Cão” oferece os serviços da International Purchasing Agency, àqueles que querem se vender, vender informações ou trair a pátria. Enfatizando a ironia, esse número traz novamente, já que aparecera no primeiro, a figura da mãe de Lee Oswald, suposto assassino do presidente Kennedy. Anteriormente ela reivindicara ao presidente Johnson o direito de se dirigir à Casa Branca a fim de representar legalmente o seu filho, alegando que ela não era uma qualquer e ele, Johnson, só se tornara presidente dos Estados Unidos, graças ao filho dela. Agora, a notícia de que ganhava a vida dando conferencias pagas sobre o próprio filho.

O terceiro traz como destaque, nas manchetes da semana, a luta violenta e primitiva entre as tribos Buhutu e Watussi, na República de Ruanda. O restante da seção é composto por pequenas notícias, curiosidades e futilidades. No exemplar seguinte, a notícia do assassinato de uma jovem de 28 anos, assistido por 38 vizinhos que nada fizeram ao ouvir seus gritos por socorro; e outras tantas, assim como no número anterior. No quinto número, Mundo Cão dedica suas páginas à reportagem de Alan Levy – Réquiem para uma deusa do sexo – que relata o impressionante impacto da morte de Marilyn Monroe na vida de diferentes pessoas, em diferentes lugares e o estardalhaço da imprensa norte-americana no dia de seu funeral, para pouco tempo depois ignorar sua vida e morte. Nos números seguintes, a seção segue sua temática geral sem grandes destaques.

2.3) “Pensamento Vivo”:

“Pensamento Vivo” era outra seção da revista, escrita somente por colaboradores. Aparece em quatro das oito edições e seus autores, partindo da premissa maior de Millôr e mesmo do **Pif Paf**, “Divagar e sempre”, dão suas opiniões, ironizando e parodiando alguns conceitos da língua portuguesa, apresentando-os em ordem alfabética à exemplo de um dicionário. “Vinte e quatro letras e outras tantas sutilezas de dolorosas reflexões que contribuem grosseiramente para a filosofia humorística carioca”. (**Pif Paf** nº 4, p. 5).

O primeiro a dar a sua contribuição foi Stanislaw Ponte Preta, o “maior entendido de certinhas de todo o país”. O introdutor da grossura que definiu o seu ponto de vista pela máxima: “o ‘twist’ é uma dança que só agora deram para dançar na vertical”. (**Pif Paf** nº 1, p. 7). O segundo autor é Rubem Braga, o “sabiá da crônica e da poesia, de A a V e de fio a pavio”, que de tantas outras palavras, escolho B de Bélica: “como andamos em tempo de guerra, quero fazer uma dedicatória contra.” (**Pif Paf** nº 2, p. 4).

Don RosseCavaca, o “esquálido do humor pátrio”, no número quatro, dá a sua e a terceira contribuição ao humor carioca. Dele, duas definições são muito pertinentes. “Ato: cassaram os direitos de Deus. Só deixaram íntegra a sua onipotência porque julgavam não ser subversiva”. E por isso, entende-se: “Subversão: sim, mas o papo no décimo andar não significa ascensão ao proletariado”. (**Pif Paf** nº 4, p. 5).

E “last, but not least”, Leon Eliachar, “apresentado aqui de A a V e de ponta a banca, em todas suas dolorosas reflexões (doem no ato de fazer e muitas vezes no de receber). Ao contrário dos outros, fotografado em algumas atividades cotidianas triviais: fazendo a feira (levando a inflação pra casa) e apreciando um programa de tv (enquanto a esmurra). O cairoca carioca, definiu o que é eleitoral, essencial em um país onde esse sistema tornou-se estranho: “Urna é uma caixinha onde uma porção de gente coloca um papelzinho para fazer sorteio e as vezes o azar é tanto que ai um presidente”. (**Pif Paf** nº 7, p.4). Explicação que bastará para muitos, pelo menos até 1989, ano das primeiras eleições diretas desde 1960.

2.4) “O Pif Paf”:

A seção “O Pif Paf – agora diretamente do produtor para o consumidor”, aparece em todos os exemplares da revista. O texto e os desenhos são de Millôr. Suas páginas, sempre as de número 12 e 13 que marcam exatamente o meio da revista, são coloridas, ao contrario da

maioria, que com poucas exceções, são em preto e branco. Nela, Millôr utiliza “Fábulas Fabulosas” para ilustrar não só situações cotidianas, com especial gosto pela ironia na maioria delas, mas muitas outras possíveis, e a moral eu se pode tirar de cada uma delas.

Como não podia deixar de ser, dentre pensamentos variados, piadas, conselhos e sentenças, Millôr sempre tem uma tirada sarcástica e exata contra o governo. Já no primeiro número: “Há 20 anos se dizia que o Brasil estava numa encruzilhada. Mas o país progrediu: está num trevo.” (**Pif Paf** nº 1, p. 12). Mas na sua constante alusão à condição e comportamento humanos, ele utiliza sua sagacidade também para explorar a relação entre os sexos e em particular o casamento, apresentado sempre como um jogo de interesses e traições, principalmente por parte da mulher.

No terceiro exemplar, narra a eterna guerra Marido x Mulher e as estratégias que cada um tem nessa luta desleal que só tem fim quando a mulher enfim, mata o marido. No quinto, Millôr decide revelar aos homens “os mil sintomas das mulheres que traem”, porque chega uma hora em que até o coitado percebe e para não ser o último, deve ficar atento. Oito sintomas é o máximo que consegue revelar. E depois de meditar longamente sobre o destino da humanidade, Millôr, no quarto exemplar, finalmente nos define como meros “Aventureiros de poltrona”, pois o homem sonha, faz planos e deseja, mas por medo e/ou comodidade, nada arrisca, não se aventura para além da sua segurança rotineira, “de casa pro trabalho, do trabalho pra casa”.

Simulando onze situações, ele resume o que acredita ser os maiores desejos humanos: fazer uma viagem ao Havaí, dominar os céus e mares, ser um amante irresistível ou um campeão de esqui e até mesmo um grande músico, um piloto ou um bravo caçador... “Um político flamante deixa-me na boca a vontade de ser um Presidente de fato. Mas logo me conformo e casso meu mandato”. (**Pif Paf** nº 4, p. 19).

2.5) Outras seções:

Outras três seções aparecem na revista, mas não em todos os exemplares. As “Grandes Canções Brasileiras Ilustradas”, os “Grandes Temas Bíblicos”, de Jaguar e “Os clássicos do Pif Paf”. Na primeira, os clássicos da música popular ganhavam vida e sentido ao terem cada uma de suas sentenças ilustradas, tanto por fotos de pessoas comuns e personagens políticos, quanto por desenhos. No primeiro exemplar, “Amélia” (... Às vezes passava fome ao meu lado e achava bonito não ter o que comer e quando me via contrariado dizia, meu filho que se

há de fazer? Amélia não tinha a menor vaidade, Amélia é que era mulher de verdade...), de Mário Lago e Ataulfo Alves, e a representação do tipo ideal de mulher.

No segundo, “Ninguém me ama” (...ninguém me ama, ninguém me quer, ninguém me chama de meu amor. A vida passa e eu sem ninguém e quem me abraça não me quer bem...), de Antônio Maria e Fernando Lobo, com a desilusão e solidão inerentes ao ser humano, principalmente dos homens, como faz crer a ilustração de **Pif Paf**. Seguindo o viés dos sentimentos humanos, “Se acaso você chegasse” (Se acaso você chegasse no meu chato e encontrasse aquela mulher que você gostou, será que tinha coragem de trocar nossa amizade por ela que já lhe abandonou?...), de Lupiscínio Rodrigues, é ilustrada no quarto exemplar. As figuras políticas de destaque, como Jânio Quadros, Carlos Lacerda e os oficiais militares, entre eles o presidente Castelo Branco, ilustram as canções “Zelão” (...Choveu, choveu, a chuva jogou seu barraco no chão, nem foi possível salvar violão. Das coisas todas que a chuva levou, pedaços tristes do seu coração.), de Sérgio Ricardo e “Me deixa em paz” (Se você não me queria não devia me procurar, não devia me iludir nem deixar eu me apaixonar ... Você arruinou a minha vida, ora vá, mulher, me deixa em paz.) de Monsueto de Meneses, nos terceiro e sétimo números. As letras das músicas e as fotos parodiavam o contexto político, assim como as relações entre os governantes, com especial sarcasmo à figura grotesca de Jânio Quadros.

Os “Grandes Temas Bíblicos”, de Jaguar, “uma série antiga e respeitável”, estreia no quarto exemplar. Na seção, Jaguar procura ilustrar temas bíblicos com irreverência e malícia. O primeiro deles, “A Justiça de Salomão”. Na ilustração, manifesta na figura de uma criança cortada ao meio.



O segundo, no sexto exemplar, “O Pecado Original”, apresentado como a traição de Adão à Eva, grande, gorda e feia, com a serpente.



Os “Clássicos do Pif Paf”, dos sexto, sétimo e oitavo exemplares, apresenta breves biografias, destaca o estilo dos autores clássicos e um resumo de seus pensamentos. Mas apenas dois nomes aparecem: La Rochefoucauld e Jonathan Swift. O primeiro, francês, precursor de Freud nos estudos da alma; o segundo, irlandês, escritor e conselheiro. No último número, outro Swift, mas agora o bacon em fatias, cuja marca leva o nome do escritor. A ironia da revista: “Swift (...) também virou Bacon. (...) Afinal, Bacon também virou Shakespeare e, no fim, tudo dá certo”. (**Pif Paf** nº 8, p. 8).

As fotos do “Cara e... Coroa” vêm, em todos os exemplares, mostrando o contraste das situações, dos lugares e pessoas, dependendo das circunstâncias, sempre com um toque de ironia. O primeiro exemplar traz a foto de um cidadão sendo preso (cara) e uma modelo de saia que olha por debaixo de suas pernas (coroa), com os dizeres: “a vida depende muito... do modo que a gente olha”.

Além das seções que aparecem em todos os números, estes também apresentam temas variados que compõem as outras páginas. Assim, o primeiro número traz ainda, com exclusividade, o Novo Calendário Universal, aprovado pelo Concílio Ecumênico, com algumas modificações significativas, entre elas a criação de um dia extra, o Dia da Festa Universal, sempre depois do dia 30 de dezembro. Para os supersticiosos e bruxas, uma novidade: as sextas-feiras 13, que eram em média duas por ano, serão quatro; um texto de Marcos de Vasconcellos, “Carta do meigo filho”, um modelo de carta de um filho fiel às ordens da mãe, parodiando a conduta de um funcionário responsável pela tortura se reportando ao governo pelos castigos aos indisciplinados e, por fim, algumas explicações bizarras acerca da história francesa e inglesa, por João Bethencourt, em “O mundo em que vocês vivem”. No segundo, o amor de um modo geral está bastante presente.

Em “Os homens falam à amada”, com declarações de amor típicas de cada profissão e “O coração e o amor”, que retrata os corações de acordo com os amores que se sente: dividido, furtivo, eterno, etc. Há ainda um poema de Reynaldo Jardim dedicado aos mistérios que cercam o tatu. Nesse número, **Pif Paf** faz a sua primeira descoberta: “O Beijo”, que, segundo a revista, fora descoberto na busca por sal no suor do rosto de outra pessoa.

No terceiro exemplar, tem a estréia das neuroses e trocadilhos do “Humor Beattle”, o intraduzível traduzido; uma história de amor entre um valete e uma dama, em “As cartas não mentem jamais” e “A história da minha vida se escreve com um Y”, ambas ilustradas por Ziraldo. Fortuna, em brilhante texto, “Casaca, volver!”, mostra todo o seu incomodo em relação a um projeto que acabava de ser apresentado na Câmara Federal, proibindo a fabricação de brinquedos bélicos. O incômodo dele vinha na verdade, da promessa dos fabricantes de produzir armas de cores alegres para não serem confundidas com armas de verdade. E considerando o período que escreve, sua crítica do final do texto é certa: “(...) Não é isso exatamente sufocar a vocação bélica no nascedouro? Despreparar para o Serviço Militar Obrigatório? Incrementar a população civil? dar o primeiro passo, enfim, para o Desarmamento Mundial, que é como quem diz arriscar o País a um ataque do Outro? Algo me diz – devem ser os botões da minha casaca virada – que esse projeto é subversivo. Como, nobre deputado? Ah, o espírito do projeto, futuro espírito da lei, é cassar as possibilidades de defesa até das crianças? Os botões me sobem até o pescoço, me abotoam fortemente: o subversivo sou eu”. (**Pif Paf** n° 3, p. 14).

No quarto número, tem-se a segunda descoberta do **Pif Paf**, o “sexo que nós perdemos”, onde Millôr lamenta o fato de o sexo que temos ser representado pela maçã e não por uma fruta mais suculenta. Jaguar em “Estava escrito”, satiriza alguns avisos com os quais nos deparamos muitas vezes ao longo do dia, e, Vilmar conta a historinha do “Vilmar e o dedo duro”.

O texto de Marcos de Vasconcellos, “O Episódio”, surpreende pela ironia e criatividade. O autor, ao presenciar um general saudar seu superior com uma continência de duas mãos, se lembra da história de Apolônio. O episódio se passou em Marte em 1963, que segundo ele, correspondia ao ano 100 milhões da Terra. Apolônio era um general intransigente que não aceitava qualquer ato de desobediência. Na sua época existiam duas correntes políticas, definidas no geral como direita e esquerda. Ele era destro e dormia sobre sua mão direita para que esta não tivesse nenhum contato com a esquerda. Mas aconteceu que sua mão esquerda conspirara. Tomado pela ira, expulsou a sua mão esquerda de sua “Federação Anatômica”. Mas a mesma manteve vida própria e seus atos de rebeldia e

subversão. Não mais suportando os atos de sua mão esquerda, o general amputou-a e também a seu braço e sua perna esquerda. E assim, o general e seus membros perdidos seguiram caminhos opostos. Finalmente, o autor se explica e não se complica:

“Mas isto se passou em Marte, há cem milhões de anos e parece-me que nada tem a ver com o caso que vi hoje de manha que foi um general saudando um seu superior hierárquico com uma continência dupla. Eu suspeitei, na mão esquerda, um ar zombeteiro e independente. Enfim, deixa pra lá, que eu não estou aqui para ser chamado de intrigante.” (**Pif Paf** nº 4, p. 15).

O quinto exemplar como a edição semi-especial contra o meio-biquini, apresenta-o em várias páginas: à luz das discussões favoráveis ou contrárias à ele, no Brasil e no mundo; outros modelos possíveis que favorecem até mesmo a publicidade, em “Variações em torno de um tema” e a versão própria da revista: O Pifini, que não é contra o monoquíni, mas sim contra aquilo que ele desnuda. O Pifini, lançado pelo GTEF, Grupo de Trabalho e Estudos Femininos do **Pif Paf**, desnuda a parte mais bonita e abundante do corpo feminino. Também de criação da equipe **Pif Paf**, um modelo de Pifini comemorativo ao Quarto Centenário do Rio de Janeiro. E por fim, Fortuna utiliza a discussão em torno do monoquíni para alfinetar: “(...) o delegado (de costumes) que disse que é contra mudanças bruscas de costumes. Mas nem depois de mudanças bruscas de regime?”. (**Pif Paf** nº 5, p. 9).

Além do humor de Santiago e Ziraldo, em “Pela marca se conhece o vampiro” e “Napoleão Bonaparte (para pifãs)”, a revista tenta esclarecer suas dúvidas em relação à figura do presidente Castelo Branco, direcionando ao mesmo 10 perguntas diretas e audaciosas, como: “Militar da ativa e tendo chegado à Presidência da República através das armas, V. Ex. se sente capacitado para defender as reivindicações exclusivamente civis? Até quando V. Ex. alugou sua casa em Ipanema? Até 66, ou por prazo indeterminado?” (**Pif Paf** nº 5, p. 10).

O sexto exemplar apresenta modelos de monoquínis, criados pela alta costura do **Pif Paf**: o modelo Sarampinho, o Castelinho, Nouvelle Vague e Cabo Frio e a lição de moralidade percebida pelo mundo desde a invenção do mesmo. Também em comemoração ao Quarto Centenário do RJ, a revista sugere ao leitor que “Visite Copacabana – seis quilômetros ininterruptos de barulho e sujeira” bem demonstrados na charge de Roland. “Você não terá um só momento de paz e conforto. Nenhum lugar para estacionar, mesmo que você seja um simples pedestre”. (**Pif Paf** nº 6, p.8 e 9).

As provocações à figura do presidente continuam com o anúncio da “traição do Castelinho (I)”, onde o presidente Castelo Branco é comparado a uma ilusão de ótica, que engana e deforma a realidade. O **Pif Paf** número seis traz também a “Bússola Anticomuna”

que detecta a presença de comunistas em qualquer ambiente. “É só ver para onde aponta a agulha, colocar o mostrador na letra C e chamar o DOPS”. (**Pif Paf** nº 6, p. 16).

As páginas 18 e 19 desse exemplar traz o símbolo da revista ampliado. “Uma bela baía em forma de mulher ou uma bela mulher em forma de baía”. De um ponto de vista carioca, que permaneça a confusão! Há também neste número, um artigo sobre a ave mais discutida do Brasil: O Corvo. Este era o apelido de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, dado por seus desafetos. Quando da publicação deste exemplar, em 27 de julho de 1964, o governo havia há poucos dias, decidido prorrogar o mandato de Castelo Branco até março de 1966, adiando as pretensões de Lacerda ao cargo presidencial. Ele então, rompe com os militares, que apoiara até ali, e passa a se opor sistematicamente ao governo.

Apesar de ter suas ações minimizadas pelo mesmo, Lacerda ia alcançando ressonância e força. Assim, o artigo de Sean O' Casey, escritor irlandês, traz essencialmente as maiores qualidades da ave, como sua esperteza, engenhosidade e sagacidade. Mas também sua fragilidade, de falar, falar e falar (cro-cró-cró) enquanto conseguiria muito mais se ficasse de bico fechado. O motivo do artigo ser de um irlandês é o de que, segundo a revista, um homem brasileiro de esquerda, como Sean, não teria coragem de escreve-lo devido a mediócras limitações que a política o impõe; mas como **Pif Paf** não é de nada, publica tudo, embora isso provoque ciúme em outras aves.

No sétimo exemplar tem-se a sequência da “traição do Castelinho (II)” e das historinhas de Vilmar em “Vilmar e seus suicidas”. Aí, **Pif Paf** também tentando melhorar a vida do brasileiro anuncia contra a televisão, à maneira própria dos anúncios de televisão, propondo aos pais de família que enviem suas TVs para a redação, a fim de que suas casas voltem a ser verdadeiros lares, apresentando aos mesmos as inúmeras vantagens de se livrar do aparelho “Seja uma das milhares de pessoas que nos procuram e agora afirmam satisfeitas: ‘Sou um novo homem. Agora em minha casa só entra quem eu quero’” (**Pif Paf** nº 7, p.17).

Na página 9, sete indagações acerca dos possíveis motivos pelos quais os “americanos vão à lua”, quais são suas verdadeiras ambições por lá. Seria para fugir do imposto de renda, fazer amigos, influenciar pessoas ou defender a Democracia Cristã Ocidental? Porque a lua é boa aplicação de capital ou para fazer um levantamento de suas riquezas minerais? Ou seria ainda para apagar o Yankees Go Home que escreveram por lá? Pela resposta certa, uma Coca Cola tamanho família.

Por fim, o oitavo número de **Pif Paf** interpreta para os seus leitores algumas das muitas coisas que são ditas na TV e nas manchetes dos jornais, em “How to read a newspaper” (Como se lê um jornal) que traduz ao pé da letra algumas notícias que os jornais trazem,

pegando muitos leitores desavisados. Exemplo: “Agrava-se a crise entre a Força Armada Brasileira e a Marinha”; lê-se “É normal a situação nas Forças Armadas”, ou “Governo vai estudar desemprego”, lê-se “O desemprego vai aumentar”. (**Pif Paf** nº 8, p. 9).

Millôr também desvenda os segredos da alma, através dos seus estudos sobre as fraquezas e debilidades humanas e dá suas sugestões e conselhos para que cada um “Desenvolva seus complexos” a partir das desventuras e defeitos concedidos a cada um por Deus, e ao enfrentar ele mesmo seu próprio passado, reflete e conclui sobre o que seria uma árvore genealógica. A conclusão final diz que: “é um conjunto de galhos sem muita precisão de crescimento, planta de difícil podagem que pode levar a ilustres ancestrais e ao macaco”. (**Pif Paf** nº 8, p. 13). O único problema é o perigo de se acabar no zoológico! Ainda, no “Poeminha de dúvida”, Millôr indaga o que será do país no ano 2000, se houver realmente o ano 2000: “Haverá mais lágrimas ou mais sorrisos? Mais loucura ou mais juízo? (...) Que pensará o imbecil nesse ano 2000? Haverá imbecis? Militares ou civis? Quem morará no Brasil no ano 2000? Haverá realmente o ano 2000?”. (**Pif Paf** nº 8, p.5). Para a última das indagações de Millôr em 1964, respondo que sim. E para outra que se contenta com um sim, sim! E mais uma vez, os muitos tipos e utilidades do dedo duro, o “indicador profissional” desse contexto.

Apesar do curto período em que circulou, **Pif Paf** agitou os audaciosos com os seus concursos. O primeiro deles, lançado já no primeiro número, é o concurso “500 contos”, para os “engrassadinhos amadores”. Por ele, a revista pagaria “500 contos” pelo melhor conto, verso, desenho ou frase enviados à redação durante os dez primeiros números. Após o “Julgamento Final”, o resultado seria publicado no exemplar de número onze. Como não passou de oito edições, ninguém chegou a ser premiado. Mas os selecionados para concorrer ao prêmio foram sendo publicados desde o terceiro número. Em sua maioria seguiam os padrões da revista, de sátiras e críticas à política, as situações e aos comportamentos.

Outro artifício de piada política explorado pela revista foram as fotomontagens. Assim, como as charges, estas se mostravam extremamente eficazes devido a sua fácil recepção e entendimento. Por elas, a revista ridicularizava os possíveis candidatos a presidência, colando seus rostos em corpos femininos seminus em poses ousadas. Com esse recurso **Pif Paf** construiu uma imagem própria dos candidatos, que para ela, faziam parte do cenário cômico montado pelo regime.

O concurso Miss Alvorada 65 , lançado no quarto exemplar, fazia referência à realização de eleições indiretas para a presidência, previstas para o dia 3 de outubro de 1965, de acordo com o artigo nono do AI -1, de nove de abril de 1964. A posse dos eleitos estava

prevista para o dia 31 de janeiro de 1966, quando seria também revogado o Ato. A fim de concorrer aos “500 contos”, o leitor Carlos Kubitschek de Barros Pinto apresentou a primeira candidata ao título: Ademarina Urnamarajoara, representante de São Paulo. A fotomontagem era o rosto de Ademar de Barros em um belo corpo de mulher.



Ademar de Barros cumpria seu segundo mandato como governador de São Paulo (1963 – 1966). Concorreria a presidência em 1955 e 1960 e participara ativamente da conspiração contra Jango em 1964. Em 1966 foi afastado do cargo pelo presidente Castelo Branco sob a acusação de corrupção e teve seus direitos políticos cassados por dez anos.

A segunda candidata é apresentada no sexto exemplar: a representante de Minas Gerais, Magalhinha Boa Pinta, em referência a José Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, fundador da UDN e um dos principais artífices do golpe, em pose bastante sensual, mas agora concorrente ao título do “Miss Alvorada 66 se Deus quiser”, já que o membro mais importante do júri, a senhorita Costinha, achara o prazo para tão importante decisão, demasiado curto.



Decorrente da decisão da prorrogação dos mandatos pelo Alto Comando da Revolução, com amplo apoio de setores da UDN, as eleições de outubro de 1965 foram adiadas para outubro de 1966, com a permanência de Castelo Branco na presidência até março de 1967. No sexto exemplar, do dia 27 de julho de 1964, quando se tem a notícia do adiamento do concurso, a nota da redação e a charge da seção “Em Resumo”, seguem na crítica à tal decisão: “Ainda não nos manifestamos sobre a prorrogação dos mandatos porque podem não prorrogar a nossa liberdade”. Mas mesmo assim, na mesma página, logo abaixo, na charge de Fortuna, um homem lê um jornal com a manchete “Castelo até 67” quando dele se aproxima outro que diz: “- Quer dizer que prorrogaram o voto dos analfabetos?”. (**Pif Paf** nº 6, p. 3).

No exemplar seguinte, a representante da Guanabara, senhorita Carlota Corwina que, por suas declarações provocativas e impensadas a respeito do adiamento do Miss Alvorada e da atual detentora do Título, a senhorita Castelinho, representa também uma ameaça ao concurso. Tanto é que para posar para a foto que concorre ao título, a candidata optou por um biquíni de pele de tigre, “pois fez questão de mostrar que é uma fera”.



Carlos Lacerda, governador da Guanabara foi um dos líderes civis do golpe, mas em 1966 se voltou contra os militares quando da prorrogação dos mandatos, já eu tinha pretensões ao cargo de presidente. A partir daí, dedicou-se a criticar e atacar o governo.

Assim, não é de surpreender que na edição seguinte, em um flagrante único, Miss Castelinho aparece atacando a dentadas a candidata Carlota. O que surpreende é a rapidez da reconciliação, mostrada logo abaixo nesse mesmo exemplar. Visando os interesses e a continuidade do concurso, ambas prometeram se comportar, o que de fato não aconteceu.

Constatação feita não pelo **Pif Paf**, mas pelo fim que levou a atrevida candidata. Lacerda foi cassado em 1968 e morreu em 1977.



3) As mulheres:

A figura feminina, que de acordo com Jânio de Freitas era muito valorizada também no **Pif Paf**, mas não em toda parte, ou o que dá no mesmo, em todas as partes aparece também em algumas seções e/ou matérias dedicadas a enaltecê-las (ou não). Começamos pelo símbolo adotado pela revista desde o primeiro número e ampliado em seus pormenores no sexto exemplar: uma mulher morena de corpo escultural, tipicamente brasileira, de bumbum e seios fartos, vista a partir de um ponto de vista carioca, tanto que, Santiago, responsável pelo desenho, a vislumbra nas areias do Rio de Janeiro, como um cartão postal do Estado.

Já no primeiro exemplar que **Pif Paf** demonstra todo o seu interesse pelas qualidades físicas e intelectuais das mulheres, tanto que promove um “stripif tease” para a escolha, baseada nessas mesmas qualidades, necessárias à garota mais paf do ano. As cinco candidatas

apresentadas pela revista, Bere, Rosana Tapajós, Cláudia, Yula e Alexandra, em diferentes exemplares e ensaios, cada um com um tema específico. Mas ao final o resultado é o mesmo: todas terminam com apenas uma peça de roupa!

Além dessas cinco candidatas, **Pif Paf** traz também, nos exemplares quatro e sete, as “Alfabetes”, em um strip bem mais ousado. Anabela e Baby são híbridos criados por Eugênio Hirsch depois de longos estudos no Castelinho. “Uma mistura de cultura francesa com surf do Arpoador”. Ambas bem dotadas no que de melhor caracterizam as mulheres, medem 1,56m de altura, envoltas em cabelos que medem 1,58m de comprimento. Anabela é morena e Baby, ruiva. Também o Humor Beattle do terceiro exemplar presenteia o leitor com uma foto imagem de nudez feminina, para ser vista de pelo menos seis metros de distância, já que ao se aproximar, ela desaparece, como todas as mulheres, de acordo com a revista.

As capas do alternativo também elegem as mulheres em sua nudez a partir do quarto exemplar. Neste, muitas delas aparecem para ilustrar os desejos de um homem no divã. No quinto e sexto números aparecem em demasia já que os mesmos se dedicam à discussão em torno do monoquíni. A nota da redação do quinto exemplar frente à polêmica é: “O **Pif Paf** não assume qualquer responsabilidade pela invenção do monoquíni nem pela criação da mulher. Os dois existem independentemente da vontade dessa redação, que só faz neste número, refletir o espanto do mundo diante do encontro de um com o outro”. (**Pif Paf** nº 5, p. 3).

Em muitas páginas as mulheres podem ser vistas de biquínis, monoquínis ou até mesmo sem nenhum dos dois, em diferentes situações e poses. Também a seção “Cara e... coroa”, dos números dois, quatro, cinco, seis e sete usa da imagem da mulher para obter dois pontos de vista, para analisar duas situações. Para exemplo, o quarto exemplar traz a foto de uma mulher de óculos, recatadamente vestida, de postura ereta (cara) e outra, despenteada, com a mão na boca e um ousado e provocador decote (coro), com os dizeres: “Mulher depende muito ... de como se apresenta”.



Além de valorizadas intelectual e fisicamente, as mulheres, em especial as casadas, eram vistas e retratadas como essencialmente vingativas e traidoras.

A exaustiva exaltação dos atributos físicos e da nudez feminina pela revista, visava, ainda que não abertamente, a depreciação e desqualificação da mulher e de suas idéias para as reivindicações e lutas travadas no período. O discurso feminista, que reaparecia no cenário político na segunda metade dos anos 1960, enfrentava não só a oposição do governo, mas também dos grupos de esquerda, que acusavam o movimento de divisionista e excludente.⁶⁶

A briga entre estes, que se tornou bastante acirrada nos anos 1970 e 1980, já dava seus primeiros sinais nas páginas de **Pif Paf**. Quando do seu lançamento, em maio de 1964, as mulheres estavam decididas a assumir e pôr em discussão aberta sua sexualidade. Além de outras, essa temática se tornou a questão central das reivindicações femininas. Porém, o livre exercício da sexualidade era um símbolo da virilidade masculina. Assim, as mulheres foram ridicularizadas e diminuídas em fotografias e charges, principalmente pela sua nudez e também por suas atitudes ditas neuróticas, agressivas, egoístas e convenientes, relatadas em muitas seções de **Pif Paf**.

No sexto exemplar, por exemplo, a revista trouxe uma nítida provocação ao movimento feminista. O texto “A Lição”, ilustrado por dez fotos de mulheres nuas e seminuas em diferentes poses e situações, dizia: “Cada vez mais neste mundo de Deus, seja na França ou no Castelinho, entre os modelos de modas, as grandes estrelas, ou as alegres starlets, o que se vê dominando são realmente os valores morais.” (**Pif Paf**, nº 6, p. 6-7).

66. SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 39-53, jan.-jun. 2007.

Conclusão:

“Quarenta anos depois...”: a imprensa alternativa hoje.

A imprensa alternativa que circulou no país durante o regime militar, surgiu, assim como as propostas do jornalismo independente anteriores, como alternativa aos veículos da grande imprensa e com movimentos de oposição criados por jornalistas, intelectuais e artistas e também pela esquerda. Apesar de congregar jornais de vários tipos, a imprensa alternativa assumiu o papel de questionadora e denunciante das ações e da violência do regime.

Pif Paf, o primeiro desses jornais, protagonizou as atitudes, as temáticas e as idéias que circularam na imprensa alternativa durante todo o regime militar. A ousadia do seu lançamento fez renascer na imprensa brasileira o grande poder e alcance da sátira humorística. Apesar da efemeridade, sua experiência pioneira influenciou diversas publicações seguintes. O seu relançamento em 2005, quarenta anos depois, marcou definitivamente a sua importância não só para a história da imprensa, como também para o próprio pensamento brasileiro.

Com o processo de abertura política, a temática da resistência deixou de ser exclusividade dos alternativos, sendo incorporada por muitos jornais da grande imprensa. A retomada dos jornais partidários após a decretação da anistia ajudou a esvaziar da imprensa alternativa a “função de espaço de realização sociopolítica”.⁶⁷ Com isso, a crescente desqualificação dos jornais alternativos e de seus profissionais, acirraram ainda mais os conflitos internos nas redações. Assim, privada de seus ideais, a imprensa alternativa não conseguiu superar sua fragilidade tecnológica, organizativa e financeira.

Quando se trata da questão acerca da “razão de ser” desse tipo de imprensa, um debate se estabelece principalmente no que diz respeito aos limites da imprensa alternativa. Perseu Abramo⁶⁸, partindo do sentido estrito do termo “alternativo”, diz que, de fato, a imprensa alternativa, nesse período, não foi uma alternativa à grande imprensa, mas sim tinha desta uma “dependência contraditória”, já que nesta baseava suas notícias, apenas tendo que

67. KUCINSKI, Bernardo. *op. cit.*, p.25.

68. ABRAMO, Perseu. **Imprensa alternativa: alcances e limites.** In: http://www.fpa.org.br/fpa/perseu/imprensa_alternativa.htm. Acesso em 06 de abril de 2007.

contradizê-las. E assim, se dava também com seus leitores: se informavam nas versões “oficiais” para depois lerem a versão “oposicionista”.

Por outro lado, os que atentam para a importância e autenticidade da imprensa alternativa defendem sua independência e diversidade informativas, contrárias à versão oficial, que é sim a expressão de sua postura ideológica diferenciada. A oposição ao governo, descartando qualquer intenção de imparcialidade, fazia da opinião e crítica dos jornalistas e jornais alternativos, a única fonte de informação capaz de mostrar o outro lado de uma mesma notícia.

Outra contradição apontada também por Abramo é a verdadeira pretensão da imprensa alternativa como um todo. De ser uma oposição ampla, unida e indiferenciada, mas que se mostrou extremamente frágil, por não conseguir oferecer “alternativas reais à ditadura militar”. Entretanto, as diferenças estruturais limitavam as condições de trabalho, precarizando o seu desenvolvimento e sua produção, provocando muitas vezes conflitos éticos e sérias divergências internas.

A própria contradição que se viveu em muitos desses jornais inviabilizou a concretização de seus objetivos. O que se viu foi “a morte de propostas éticas de transformação social, da crença na realização pessoal através da ação coletiva ou comunitária.”⁶⁹

Os anos de 1980 marcaram sim o fim de um ciclo na imprensa alternativa, caracterizado pela resistência ao regime militar. Esgotado o modelo ideológico desse ciclo, interpretado erroneamente como o desaparecimento da imprensa alternativa, outro surgiu e outros surgirão de acordo com as exigências, interesses e forças populares da sociedade.

Os jornais alternativos partidários marcaram a transformação da imprensa alternativa no país, já nos anos 1980. Publicações como **Tribuna da luta operária**, do PC do B, **Voz da Unidade**, do PCB e **Hora do Povo**, do MR-8 surgiram no cenário nacional a fim de divulgar e orientar as lutas populares e seus militantes. Seu desenvolvimento e desempenho ficaram aquém dos alternativos das décadas anteriores, porém para esses houve a possibilidade da longevidade. **A Hora do Povo**, por exemplo, lançado em 1979, em São Paulo pelo MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) e hoje editado pelo Instituto Brasileiro de Comunicação Social, vai as bancas a cada dois dias.

Nos dias atuais, os grandes conglomerados midiáticos, que cresceram em sua maioria

69. KUCINSKI, Bernardo. *op. cit.*, p.28.

pela cumplicidade com o regime militar impõem à capacidade de comunicação da imprensa alternativa uma função quase clandestina. Achille Lollo, presidente da Associação para o desenvolvimento da imprensa alternativa (Adia), fundada no Rio de Janeiro em 1996 e Ricardo Rabelo, diretor do carioca **Bafafá**, apontam o preconceito do mercado publicitário e a impossibilidade de acesso às verbas publicitárias oficiais como os mais graves obstáculos enfrentados pelos jornais alternativos atualmente.⁷⁰ Segundo Lollo, a ditadura de mercado engoliu essas publicações, enquanto as grandes redes recebem empréstimos superfacilitados.

Em maio de 2004, os representantes da imprensa alternativa encaminharam ao Congresso um documento no qual reivindicavam o direito de concorrer às verbas publicitárias oficiais. Porém, o deputado Luiz Eduardo Greenhalg (PT-SP), para quem o documento fora remetido, alega não tê-lo recebido. Os representantes dos veículos alternativos muitas vezes sequer são recebidos pelas agências. A falta de recursos impossibilita a comercialização e a possibilidade de crescimento da maioria desses jornais.

Outro obstáculo a ser enfrentado pela imprensa alternativa segundo os seus próprios produtores é o da profissionalização. Luiz Falcão, diretor do jornal **A verdade** (PE), diz que a incorporação de muitos jornalistas pelos grandes periódicos após o fim do regime militar, enfraqueceu a imprensa alternativa, que carece de profissionais experientes. Para alguns ainda menos otimistas, como Arthur Cantalice, colunista do **Correio da lavoura** (RJ), a grande maioria dos alternativos hoje possui baixa qualidade editorial devido ao desinteresse de seus proprietários, que geralmente alegam não ter condições financeiras para remunerar os jornalistas.⁷¹

Entretanto, apesar das dificuldades e desafios, temos hoje jornais que comprovam a crença e a sobrevivência no projeto de imprensa alternativa, ainda que apresentem perfis diferenciados. **Caros Amigos**, lançada em abril de 1997 pela editora Casa Amarela é uma revista de periodicidade mensal, de orientação editorial de esquerda. A sua fórmula consiste na publicação de uma entrevista com personalidade de destaque, colaborações de nomes representativos do pensamento de esquerda, reportagens, opiniões dos leitores e ensaios fotográficos.

70. Ver MARQUES, José Reinaldo. **Jornalismo na prática** – A luta para continuar independente. Disponível em www.abi.com.br. Acesso em 25 de jun. de 2007.

71. Idem *Ibidem*.

Também de periodicidade mensal, a revista **Fórum-outro mundo em debate**, traz informações e análises sobre eventos políticos, econômicos e sociais. Lançada para registrar a realização do 1º Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS), em janeiro de 2001, foi oficializada em abril e tornou-se periódica em setembro do mesmo ano devido a boa repercussão junto aos movimentos sociais. Em setembro de 2005, a favor do desenvolvimento sustentável, **Fórum** passou a ser impressa totalmente em papel reciclado.

Ambas as revistas, **Caros Amigos e Fórum**, têm como público-leitor principal, intelectuais, jornalistas, cientistas sociais, militantes, estudantes e professores universitários. Além das vendas em bancas de todo o país, investem em páginas eletrônicas, com notícias e conteúdos das edições publicadas.⁷²

Nesse sentido, Alberto Dines afirma que hoje não há imprensa alternativa, mas sim mídia alternativa.⁷³ Tanto que após constatar a inviabilidade econômica do jornal **Observatório de imprensa**, lançado em 1994, a equipe do mesmo, tendo Dines como diretor, optou por relançar a publicação eletrônica em abril de 1996. Caracterizada como uma revista semanal de crítica da mídia, o **Observatório da imprensa** “propõe-se a funcionar como um atento mediador entre a mídia e os mediados, preenchendo o ‘espaço social’ até agora praticamente vazio”.⁷⁴

Em 1998, **Observatório da imprensa** ganhou uma versão televisiva, produzida pela TVE (RJ) e TV Cultura (SP) e transmitida pela Rede Pública de Televisão. Em 2005 a transmissão chegou também às rádios de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Brasília.

Enfim, o desprezo pelas questões administrativas, de organização e comercialização fazia parte do modelo no qual se baseava o esquema de produção dos alternativos durante o regime militar. Mas atualmente, ao contrário de uma escolha, a inviabilidade econômica dos alternativos é imposta tanto pela lógica do mercado quanto pelos meios de comunicação de massa. “(...) num mundo globalizado e capitalista, boa vontade e ideologia não são suficientes para mantê-los nas bancas: é preciso profissionalizar as redações e virar um mercado real e seguro para atrair bons profissionais da imprensa.”⁷⁵ Assim, ao atentar para a superação de suas necessidades e deficiências, a imprensa alternativa continuará trabalhando por sua independência jornalística, tendo a informação como instrumento de transformação social.

72. Ver www.carosamigos.com.br e www.revistaforum.com.br. Acesso em 5 de jun. de 2008.

73. Ver apud MARQUES, José Reinaldo. *op. cit.*

74. Ver www.observatoriodaimprensa.com.br. Acesso em 6 de jun. de 2008.

75. MARQUES, José Reinaldo. *op. cit.*

Fontes

CARUSO, Eliana (org.). **Pif Paf – 40 anos depois**. Rio de Janeiro: Editora Argumento, 2005. Coleção fac similar das oito edições da revista Pif Paf de Millôr Fernandes.

Sobre Millôr Fernandes:

Biografia de Millôr Fernandes. Disponível nos sites http://www.releituras.com/millor_bio.asp e www2.uol.com.br/millor/. Acesso em 28 de nov. de 2006.

VERGÍLIO, Vivian. **O Cruzeiro: estilo emergente de entretenimento**. Canal da Imprensa (www.canaldaimprensa.com.br/nostalgia/dsextedicao/nostalgia2.htm). Acesso em 07 de maio de 2006.

PAULILLO, Maria Célia Rua de Almeida. **Millôr Fernandes**: seleção de textos, notas, estudos biográficos, histórico e crítico e exercícios. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Referências bibliográficas:

BASSO, Eliane Fátima Corti. Revista Senhor: jornalismo cultural na imprensa brasileira. **Unirevista**, vol. 1, 2006, p. 1-13.

BUENO, Márcio. A imprensa alternativa – ontem e hoje. In: MELLO, Maria Amélia (org.). **20 anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986.

CAMARGO, Suzana (coord.). **A Revista no Brasil**. São Paulo: Abril, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. O Controle da Opinião e os limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945) **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 12, set. 91/ ago. 92.

CARNEIRO, Maria Luiza T. e Kossoy, Boris (orgs.). **A imprensa confiscada pelo Deops: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CASTRO, Ruy. Para o Correio da Manhã, com uma lágrima. **O Estado de São Paulo**, 09/06/2001.

CHAIA, Miguel. Sombra política e luz cinematográfica. **Revista Cult** – 1964, o golpe da história. Ano VI, n 78, mar., 2004.

CONY, Carlos Heitor. **O Ato e o fato** – o som e a fúria das crônicas contra o Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DUFFRAYER, Luciano (coord.) Imprensa alternativa e literatura, os anos de resistência. Seminário de Imprensa alternativa e Cultura de resistência. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1987.

FÉRES, Sheila Maria. **A censura, o censurável, o censurado**. Tese de Doutorado. Escola de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1980.

FICO, Carlos (org.) **1964-2004: 40 anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

GASPARI, Élio. **A Ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2003.

KUSHINIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. Um repertório do Brasil: tradição e inovação na Revista Nova. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 13, jul.-dez. 2006, p. 97-107.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da Vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 3, 1998, p. 290-365.

_____. **Raízes do riso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 39-53, jan.-jun. 2007.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

UEÓCKA, Lorayne Garcia. A Força das imagens na campanha civilista: representações em fotografias e caricaturas. **Colloquium humanarum**, Presidente Prudente, v.1, n.1, p.63-71, jul./dez., 2003.

WERNECK, Humberto. O desatino da rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Sites:

Charge. Disponível em www.wikipedia.com.br. Acesso em 10 de jun. de 2008.

ABRAMO, Perseu. **Imprensa alternativa: alcances e limites.** In: http://www.fpa.org.br/fpa/perseu/imprensa_alternativa.htm. Acesso em 06 de abril de 2007.

MARQUES, José Reinaldo. **Jornalismo na prática** – A luta para continuar independente. Disponível em www.abi.com.br. Acesso em 25 de jun. de 2007.

Caros Amigos: www.carosamigos.com.br. Acesso em 5 de jun. de 2008

Revista Fórum: www.revistaforum.com.br. Acesso em 5 de jun. de 2008

Observatório da Imprensa: www.observatoriodaimprensa.com.br. Acesso em 6 de jun. de 2008